

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

O SETOR BANCÁRIO ARGENTINO - SOBREVIVENDO AO AJUSTE

Gustavo Rocha Gattass
Nº de matrícula 9414601

Orientador: Dionísio Dias Carneiro

Novembro de 1997

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

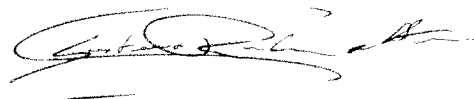
O SETOR BANCÁRIO ARGENTINO - SOBREVIVENDO AO AJUSTE

Gustavo Rocha Gattass
Nº de matrícula 9414601

Orientador: Dionísio Dias Carneiro

Novembro de 1997

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não
recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa,
exceto quando autorizado pelo professor tutor.



As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor.

Às vezes não percebemos que pequenas coisas que fazemos possam significar tanto para outras pessoas. Muito obrigado Celeste.

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	7
II. HISTÓRICO	13
II.I. DO FINAL DOS OITENTA ATÉ A LEI DE CONVERTIBILIDADE.....	13
II.II. DA CONVERTIBILIDADE AO TEQUILA - O BOOM.....	20
II.III. A CRISE DO SISTEMA BANCÁRIO.....	25
II.IV. DA SUPERAÇÃO AO PRESENTE.....	30
III. O SETOR BANCÁRIO ARGENTINO - UMA VISÃO GERAL	35
IV. A REESTRUTURAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO	42
IV.I. BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA.....	51
IV.II. BANCO DE LA PROVÍNCIA DE BUENOS AIRES.....	53
IV.III. BANCO DE GALÍCIA Y BUENOS AIRES.....	54
IV.IV. BANCO RÍO DE LA PLATA.....	55
IV.V. BANCO FRANCÉS DEL RIO DE LA PLATA.....	57
IV.VI. BANCO DE CRÉDITO ARGENTINO S.A.....	58
IV.VII. BANCO ROBERTS S.A.....	59
IV.VIII. BANCO QUILMES S.A.....	60
IV.IX. BANCOS ESTRANGEIROS.....	61
IV.X. BANCOS PROVINCIAIS, MUNICIPAIS E COOPERATIVOS.....	63
V. CONCLUSÕES	65
BIBLIOGRAFIA	69

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA I.1: QUINZE MAIORES BANCOS ARGENTINOS EM MAIO DE 1993	11
TABELA I.2: QUINZE MAIORES BANCOS ARGENTINOS EM JUNHO DE 1997	11
TABELA II.II.1: DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	21
TABELA II.II.2: EVOLUÇÃO DE DEPÓSITOS BANCO A BANCO	24
TABELA II.II.3: EVOLUÇÃO DE ATIVOS BANCO A BANCO	24
TABELA II.IV.1: VARIAÇÕES DO BALANÇO CONSOLIDADO DAS ENTIDADES FINANCEIRAS ENTRE ABR/95 E DEZ/95	31
TABELA II.IV.3: VARIAÇÕES DO BALANÇO CONSOLIDADO DAS ENTIDADES FINANCEIRAS ENTRE DEZ/95 E JUN/96	32
TABELA II.IV.3: VARIAÇÕES DO BALANÇO CONSOLIDADO DAS ENTIDADES FINANCEIRAS ENTRE JUN/96 E JUL/97	33
TABELA III.1: SISTEMA FINANCEIRO ARGENTINO - DADOS GERAIS	35
TABELA III.2: ESTRUTURA DO SISTEMA BANCÁRIO ARGENTINO	36
TABELA III.3: EVOLUÇÃO DA CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA	39
TABELA III.4: RANKING DE BANCOS POR DEPÓSITOS EM JUN/97	39
TABELA IV.1: INSTITUIÇÕES QUE SOFRERAM INTERVENÇÃO DO BCRA (DADOS REFERENTES AO PERÍODO DE 1995 A 1997)	45
TABELA IV.2: NEGÓCIOS NO SETOR BANCÁRIO DESDE 1991	47
TABELA IV.3: DADOS MÉDIOS DO SETOR BANCÁRIO ARGENTINO	49
TABELA IV.I.1: BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA	52
TABELA IV.II.1: BANCO DE LA PROVÍNCIA DE BUENOS AIRES	54
TABELA IV.III.1: BANCO GALÍCIA Y BUENOS AIRES	55
TABELA IV.IV.1: BANCO RÍO DE LA PLATA	56
TABELA IV.V.1: BANCO FRANCÉS DEL RIO DE LA PLATA	57
TABELA IV.VI.1: BANCO DE CRÉDITO ARGENTINO S.A.	58
TABELA IV.VII.1: BANCO ROBERTS S.A.	59
TABELA IV.VIII.1: BANCO QUILMES S.A.	60
TABELA IV.IX.1: DEUTSCHE BANK ARGENTINA	61
TABELA IV.XI.2: BANKBOSTON (FIRST NATIONAL BANK OF BOSTON)	62

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA II.I.1: EVOLUÇÃO DO PIB REAL	14
FIGURA II.II.1: PIB REAL E TAXA DE INFLAÇÃO	20
FIGURA II.III.1: DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	26
FIGURA II.IV.1: DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	30
FIGURA II.IV.2: TAXAS MÉDIAS DE JUROS MENSIS PARA ADIANTAMENTOS EM CONTA CORRENTE.....	34
FIGURA III.1: NÚMERO DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS	38
FIGURA II.II.2: PESSOAL EMPREGADO	38
FIGURA IV.1: HISTOGRAMA DE NEGÓCIOS NO SETOR BANCÁRIO DESDE 1991.....	46

I. INTRODUÇÃO

Num período de pouco mais de meia década, o sistema monetário argentino passou por mudanças que dificilmente poderiam ser consideradas pequenas. Seguindo o caminho da economia como um todo, que sofreu uma forte mudança de rumo com a implantação da Lei de Convertibilidade – ou Plano Cavallo – em abril de 1991, o setor financeiro observou um crescimento acelerado com a estabilização e sofreu – provavelmente mais que qualquer outro setor – os efeitos da crise do México. No período que seguiu a estabilização da economia, e em particular naquele que seguiu a crise do México, o setor financeiro passou por extensa reestruturação, que continua até hoje. Esta reestruturação é a base deste trabalho.

Desde fins da década de oitenta, a economia argentina convivia com altos déficits do setor público e uma inflação intermitente, quando não constante. Este cenário, no entanto, não levou a um forte crescimento do setor bancário do país. Enquanto no Brasil a inflação ajudou no crescimento, proliferação e lucratividade dos bancos que usufruíam da função de “mantenedores do valor do dinheiro” para aumentar sua base de depósitos, na Argentina os bancos não se tiveram a mesma sorte.

Os bancos argentinos, sujeitos à instabilidade do país, provavelmente pareciam muito mais vulneráveis do que seus maiores competidores: o tesouro americano, representado pelo dólar; e os bancos estrangeiros instalados no país e aqueles “off-shore.”

Dois processos hiper-inflacionários já haviam consagrado a moeda americana como um ótimo instrumento de reserva de valor e com o passar do tempo o dólar foi se tornando acessível mesmo aos menores agentes financeiros. O setor financeiro argentino ainda sofria com a facilidade de acesso a uma praça financeira “off-shore” do outro lado da bacia do Prata, o Uruguai. A praça financeira do Uruguai tem talvez uma importância muito maior na história do sistema bancário argentino do que se pode imaginar num primeiro momento, fato que se torna mais evidente com os esforços que hoje vem sendo realizados no país para revitalizar seu sistema financeiro após a estabilização da confiança no mercado financeiro argentino. Servindo como uma praça financeira “off-shore” bem “ao lado de casa” o Uruguai ajudava a consolidar a posição do dólar na economia argentina entre os investidores de maior porte, e servia sempre como salvas para o capital na argentina em caso de crise – ainda que este não tivesse liberdade, ou mobilidade, total.

Neste contexto de baixa confiança seria cabível imaginar que bancos de capital externo e maior porte se encontrassem em posição privilegiada para crescer devido a sua credibilidade. No entanto não há evidências que antes de 1991 banco estrangeiro algum estivesse disposto a crescer através de um aumento, e de uma conseqüente diversificação, de sua base de clientes. Soma se a isso o fato de que mesmo que quisesse crescer, o crescimento de qualquer banco na Argentina via se limitado por normas que dificultavam enormemente a criação de novas agências e a instalação de novas entidades financeiras no país de 1984 a 1994.

Para a população o setor bancário argentino trazia dois riscos principais: o risco de se perder os ativos dentro de instituições financeiras falidas em tempos de dificuldade ou hiper-inflação, e, especialmente após 1990, o risco de ter os depósitos confiscados em

programas de estabilização. Em 1990, numa tentativa de estabilizar a economia, o plano BONEX compulsoriamente transformou 40% dos depósitos a prazo do país em bônus de 10 anos do governo. Com este plano Collor em pequena escala, o governo tiraria do setor bancário argentino mais um grau de confiança, e faria do dólar um substituto cada vez mais atraente.

No conturbado período que compreendeu os anos oitenta, os bancos exerciam pouco sua função tradicional de canalizar poupanças em investimentos, servindo basicamente a função de financiar o governo e grandes corporações. Sob uma ótica mais microeconômica, o setor bancário argentino era dominado pelo Banco de la Nación Argentina de controle nacional (uma contraparte argentina do nosso Banco do Brasil). No entanto naquela época a participação do capital privado nacional no setor ainda era considerável.

Com a introdução da Lei de Convertibilidade, e a estabilidade econômica que a seguiu, o país passou a receber um grande influxo de capitais externos, atribuído não só ao investimento estrangeiro direto e especulativo, como também à repatriação de capitais. O novo sistema monetário e cambial, transformava esta entrada de capital num aumento na base monetária do país e o país passou a viver um forte aumento dos depósitos bancários. O crescimento da economia abria espaço para o crescimento dos empréstimos a empresas bem como a consumidores, enquanto a redução do déficit do governo, iniciada mesmo antes da implementação da Lei da Convertibilidade, já havia retirado boa parte da pressão que este exercia sobre o sistema financeiro – reduzindo o “crowding-out effect.” Estes fatos aliados a recém-conquistada credibilidade do sistema e a perspectivas de crescimento depois de uma “década perdida” criavam um cenário fantástico para o sistema financeiro do país. Uma lei que impedia a instalação de novos

bancos no país, datada de 1984, com prazo de 10 anos ainda garantia aos bancos existentes três anos de reserva de mercado antes da concorrência aberta. O baixo nível de bancarização de população argentina fazia do país uma grande oportunidade no mundo financeiro.

Por outro lado a mudança na economia não trazia somente benefícios. É importante lembrar que os bancos argentinos haviam convivido com a antiga situação por muito tempo e como em toda mudança não se pode esperar que o processo de adaptação tenha sido fácil. Com o advento da crise do México em 1994 o efeito tequila afetou fortemente a Argentina, que como o México tinha sua economia baseada no câmbio fixo, e derrubou muitas instituições financeiras do país. Do longo e inacabado processo de reestruturação do sistema financeiro argentino somente uma das quatro maiores instituições que em 1993 eram controladas por capital privado nacional continua em mãos de argentinos. O Banco Galicia y Buenos Aires certamente é o sobrevivente do grupo, mas mesmo este passou por mudanças.

As tabelas abaixo ilustram a mudança relativa das posições dos dez maiores bancos da Argentina em termos de ativos de Maio de 1993 a junho de 1997, bem como características de seu grupo controlador. São estas mudanças que este trabalho busca estudar e se possível, baseadas nelas traçar um paralelo com a situação vivida pelo Brasil hoje.

Como visto na Tabela I.1, em Maio de 1993 entre os quinze maiores bancos argentinos, seis eram controlados pelo poder público, cinco por capitais privados argentino e quatro por capitais privados estrangeiros. A Tabela I.2 abaixo mostra os quinze maiores bancos argentinos em Junho de 1997. É interessante observar não só as

mudanças no controle de alguns bancos mas também o crescimento médio anual de cada banco no período.

TABELA I.1: QUINZE MAIORES BANCOS ARGENTINOS EM MAIO DE 1993

Instituição	Ativos ⁽¹⁾	Tipo de controlador
1 Banco de la Nación Argentina	10,528	Público - Nacional
2 Banco de la Provincia de Buenos Aires	6,702	Público - Provincial
3 Banco Rio de la Plata S.A.	2,682	Privado Nacional
4 Banco Galicia y Buenos Aires S.A.	2,449	Privado Nacional
5 Citibank N.A.	2,055	Privado Estrangeiro
6 Banco Crédito Argentino	1,752	Privado Nacional
7 The First National Bank of Boston	1,581	Privado Estrangeiro
8 Banco de la Ciudad de Buenos Aires	1,465	Público - Municipal
9 Banco Francés del Rio de la Plata	1,348	Privado Nacional
10 Banco de la Provincia de Cordoba	1,163	Público - Provincial
11 Duetsche Bank Aktiengesellschaft	1,162	Privado Estrangeiro
12 Banco Roberts S.A.	1,138	Privado Nacional
13 Banco de Mendoza S.A.	986	Público - Provincial
14 Banco de Santa Fe S.A.	973	Público - Provincial
15 Banco Nazionale del Lavoro S.A.	943	Privado Estrangeiro

(1) em milhões de Pesos Argentinos; Fonte: Mercado, Outubro 1993

TABELA I.2: QUINZE MAIORES BANCOS ARGENTINOS EM JUNHO DE 1997

Instituição	Ativos ⁽¹⁾	Δ (%) ⁽²⁾	Tipo de controlador
1 Banco de la Nación Argentina	15,263	9.5%	Público - Nacional
2 Banco de la Provincia de Buenos Aires	11,442	14.0%	Público - Provincial
3 Banco Galicia y Buenos Aires	9,276	38.6%	Privado Nacional
4 Banco Rio de la Plata	7,520	28.7%	Privado Estrangeiro
5 Citibank N.A.	4,761	22.8%	Privado Estrangeiro
6 The First National Bank of Boston	4,648	30.2%	Privado Estrangeiro
7 Banco Francés del Rio de la Plata	4,146	31.7%	Privado Estrangeiro
8 Banco Roberts	3,748	33.9%	Privado Estrangeiro
9 Banco Crédito Argentino	3,727	20.3%	Privado Nacional
10 Bansud S.A.	3,645	29.6%	Privado Estrangeiro
11 Duetsche Bank Argentina	3,178	27.9%	Privado Estrangeiro
12 Banco Nazionale del Lavoro S.A.	2,477	26.7%	Privado Estrangeiro
13 Banco de la Ciudad de Buenos Aires	2,433	13.2%	Público - Municipal
14 Banco Santander S.A. ⁽³⁾	2,365	92.0%	Privado Estrangeiro
15 Banco Quilmes S.A.	1,870	20.5%	Privado Estrangeiro

(1) em milhões de Pesos Argentinos; (2) cresc. anual médio;

(3) Δ (%) calculado com base em dados de 30/06/97; Fonte: BCRA

A mudança no perfil de controle dos maiores bancos argentinos é gritante. Enquanto alguns dos bancos de controle público perderam suas posições na tabela em função de agora ocuparem posições menos expressivas no setor financeiro, todos os

bancos privados de capital nacional que constavam na Tabela I.1 constam também desta última, ainda que agora seu controle tenha mudado sua nacionalidade. Dos cinco bancos privados de capital nacional da Tabela I.1, três já haviam sido vendidos para investidores estrangeiros (os Bancos Francés, Rio, Roberts tiveram parte de seus capitais vendidos aos grupos BBV, Santander e HSBC) enquanto o Banco de Crédito Argentino (que consta na tabela como banco de capital nacional privado) pode já ser considerado de capital estrangeiro visto que foi vendido ao BBV, ainda que a operação ainda não tivesse sido liquidada em 30/06/97. É importante notar ainda que o Banco Quilmes S.A., que em maio de 93 não constava dos quinze maiores bancos era na época controlado por grupos argentinos. Hoje a instituição foi passada às mãos do Bank of Nova Scotia do Canadá.

II. HISTÓRICO

Dentre os setores da economia, o setor financeiro é sem dúvida aquele mais rapidamente afetado por mudanças bruscas na macroeconomia. Com o intuito de formar uma melhor base de estudo abaixo se apresenta um resumo do histórico da economia argentina desde o plano de estabilização até meados do ano de 1997.

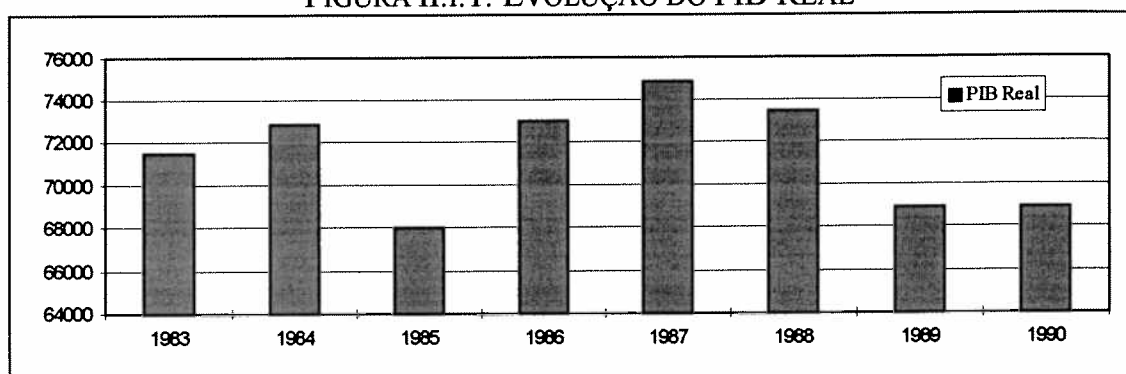
II.I. DO FINAL DOS OITENTA ATÉ A LEI DE CONVERTIBILIDADE

Do ponto de vista econômico o fim da década de oitenta foi para a Argentina perdido. De 1987 a 1990 o PIB real argentino havia caído 7.9% (ver Tabela abaixo) enquanto o desemprego, que em 1987 era de 5.3% chegaria em 1989 a 7.3%. O país havia já havia passado por programas de estabilização diversos bem como uma forte hiper-inflação sem muito sucesso. Sob este contexto a perspectiva de crescimento após a estabilização da economia em 1991 era muito promissora.

A recuperação da economia argentina teria seu início em 1989, com a troca do comando político da nação. O recém-eleito presidente, Carlos Menem, tomava posse consciente de que a inflação, que na época era crescente, era sua maior inimiga política. Ao mesmo tempo o país ainda encarava um déficit público considerável e reservas internacionais em mãos de órgãos oficiais num patamar baixo, constantemente sobre

pressão. Poucos meses depois da posse, e após um período de indefinição econômica que pouco contribuiu para a estabilização da economia, a nova equipe econômica preparou o primeiro plano de combate contra a inflação do país.

FIGURA II.1.1: EVOLUÇÃO DO PIB REAL



Valores em milhões de pesos de 1995; Fonte: IFS

O plano, que posteriormente ganhou o nome de plano Bonex, embora mal sucedido no longo prazo, teve um êxito momentâneo e ajudou de forma peculiar a preparar a economia para o sucesso posterior do Plano de Convertibilidade.

O Plano Bonex surgiu como resposta a duas características reconhecidas pela primeira equipe econômica do governo Menem como as razões para a inflação e o problema externo do país: o fato de que os preços, tanto de “tradables” como de “non-tradables”, se encontravam fortemente atrelados ao dólar e o fato de que o constante aumento das cotações do dólar na economia só era possível devido a existência de um grau razoável de liquidez na economia.

O primeiro diagnóstico indicava uma relação direta entre a inflação argentina e a cotação da moeda norte-americana, enquanto que o segundo apontava uma das razões da constante pressão sofrida pelas reservas internacionais, bem como insinuava uma solução simples para o problema: um enxugamento da liquidez. É importante notar que a liquidez citada não remontava a um excesso de crédito disponível na economia, mas a

uma disponibilidade de moeda tal que fosse suficiente para que os agentes econômicos ainda possuíssem moeda disponível para a compra de divisas externas ou para o envio de capitais para o exterior. De fato, o crédito bancário para agentes privados era escasso visto que o déficit das várias esferas do governo tomava a maior parte do poupança, privada e externa, disponível.

A execução do plano, desta forma, se deu nos primeiros dias de 1990 através da transformação de 40% de todos os depósitos a prazo, cadernetas de poupança especiais, aplicações e garantias de empréstimos nas instituições financeiras do país em títulos de 10 anos do governo denominados em dólar, ou Bonos Externos Serie 1989 (BONEX 89) donde vem o nome do plano. Além da restrição a liquidez foi também instituída uma política de atrasos sistemáticos de pagamentos por parte do poder público, de forma que este só pagava suas obrigações quando tinha caixa disponível. O Plano em muito se assemelhou ao primeiro plano Collor no Brasil.

Os efeitos esperados de tais medidas numa economia com as características diagnosticadas acima seria uma redução da quantidade de moeda disponível na economia que traria consigo uma quebra no movimento de ascensão da cotação do dólar e uma queda na inflação, devido a redução da moeda disponível e do efeito do atrelamento dos preços a cotação do dólar. Na Argentina os efeitos foram em parte magnificados.

Com a extensa utilização do dólar como reserva de valor pela população e do Uruguai como centro bancário “off-shore” por empresas e agentes econômicos de mais alto poder aquisitivo, a economia argentina não viveu um enxugamento tão grande liquidez. A implantação do Plano Bonex por parte do governo traria a redução (se não reversão) do ritmo de crescimento da cotação da moeda norte-americana devido à

repatriação de depósitos no exterior e à conversão de dólares nas mãos da população. Ao mesmo tempo a repatriação destas divisas ajudaria a aliviar a pressão sobre as reservas internacionais do país que acumularam desde o início do plano até o fim de 1990 aproximadamente 3,4 bilhões de dólares, alcançando um total de 6,2 bilhões. Com a reversão da tendência de alta do dólar e pequena redução de liquidez, nos últimos meses do ano a inflação se reduziu para taxas mensais de um dígito.

Para o setor financeiro do país o Plano seria um golpe de efeito mais psicológico do que prático. Na prática, alongaram-se os prazos de parte dos passivos do setor financeiro sem uma contrapartida em seus ativos, ainda que a mudança na postura financeira do governo limitasse agora a demanda por ativos por parte do mesmo. A credibilidade do sistema financeiro argentino era no entanto muito mais afetada, ganhando o dólar ainda mais credibilidade como poupança segura, agora que os depósitos em bancos no país se encontravam sujeitos a confisco.

No entanto o sucesso do plano não foi duradouro, com a remonetização da economia vindo de recursos exteriores ao país ou ao sistema monetário e o descasamento da variação do índice de preços (1344% de dezembro de 1989 a dezembro de 1990) com a variação do dólar (287% no mesmo período), problemas fiscais do país deflagraram um ataque especulativo a moeda argentina em janeiro e fevereiro de 91, que em pouco tempo trouxe o aumento das cotações do dólar, o aumento da inflação e perda de reservas. Como é comum no Brasil, com a volta do problema e da crise, a equipe econômica é substituída.

A nova equipe econômica argentina liderada pelo novo Ministro da Economia, Obras e Serviços Públicos, Domingo Cavallo, rapidamente instituiu no país um regime de

cambio fixo, fundamentado na Lei da Convertibilidade, que instituiu um conjunto de medidas também conhecido como o Plano Cavallo.

Num ambiente de alta inflação e baixa confiança no sistema financeiro nacional os agentes econômicos já recorriam ao dólar como reserva de valor, unidade de conta (visto que a inflação já era basicamente atrelada ao dólar) e parcialmente como meio de troca. Como resposta a esta situação a Lei de Convertibilidade, que tomou efeito em primeiro de abril de 1991 era uma nova experiência para o país, através da qual se tentaria não só baixar a inflação como também restaurar a credibilidade da moeda e do sistema financeiro do país evitando que a moeda forte (dólar) substituísse a moeda podre (austral) – num processo híper-inflacionário – através: da equalização das duas moedas, e de forte restrição à atuação do Governo e do Banco Central sobre no campo monetário.

A Lei da Convertibilidade do Plano Cavallo se baseava em cinco pontos básicos: i) definiu uma taxa de câmbio fixa para o dólar (em 10.000 austrais por dólar) a qual o banco central tinha de obedecer; ii) decretou a livre mobilidade de capitais; iii) decretou que toda moeda nacional emitida deveria estar respaldada na mesma quantidade de dólares (10.000:1) ou reservas internacionais (de forma que se se quisesse toda moeda nacional poderia ser trocada por divisas externas); iv) proibiu toda “atualização monetária” de qualquer tipo de contrato (para tirar proveito da indexação única ao dólar e impedir efeitos nocivos e inerciais da indexação a índices de preços); v) decretou que doravante o dólar estava em igualdade com a moeda nacional para todos os fins exceto para o pagamento de impostos.

O objetivo da Lei da Convertibilidade não era dolarizar a economia (onde o dólar já tinha papel muito forte) mas ao contrário, aproveitar a forte indexação dos preços na economia à moeda estrangeira para frear a inflação e promover uma australização (ou mais tarde uma pesificação após a mudança da moeda) da economia argentina.

Com as medidas em lei – o que embute um certo grau de credibilidade às mesmas – o governo abriu mão do financiamento por senhoriagem e se previniu contra toda indexação que não a ao dólar, o que evitava não só a inercia inflacionária, já que o reajuste podia ser diário, como também a possibilidade de que, com a criação de índices, se criasse uma inflação sobre o dólar que atraísse a especulação contra a moeda.

Para o sistema bancário do país a mudança era profunda visto que a ele foi imposto um sistema monetário dual onde depósitos e empréstimos em ambas as moedas eram permitidos apesar de separados. Como consequência o governo passou ao sistema bancário argentino boa parte do risco cambial do país. A anunciada segurança da moeda do país através do lastro de toda moeda nacional em divisas estrangeiras não levava em conta o multiplicador bancário. Ainda que toda quantidade de papel moeda do país estivesse lastreada em divisas o mesmo não poderia ser dito dos depósitos bancários a prazo nem das moedas “criadas” pelos bancos. Este fato viria a ser uma das bases da crise bancária que assolou o país durante a crise do México, abordada mais adiante no texto.

A igualdade das moedas para fins comerciais e sua internalização ao sistema bancário nacional não teria sua contraparte nos juros cobrados nos empréstimos e oferecidos nos depósitos em cada moeda. As taxas de juros para austrais (mais tarde

pesos) embutiam o risco de desvalorização, e a diferença nas taxas de juros criavam um atrativo para a moeda nacional para aqueles que acreditavam no novo plano.

A Convertibilidade mudara desta forma de uma vez a estrutura bancária do país, impondo aos bancos um sistema dual e abrindo espaço não só para a captação de muitos recursos que antes estavam “debaixo do colchão” como de recursos externos a custos mais baixos.

Completando a reforma iniciada em 1991 com a Lei de Convertibilidade, em 1992 foi aprovada a nova “carta orgânica” do Banco Central argentino e a mudança da moeda nacional que deixava de ser o austral e passava a ser o peso – a uma taxa de 10.000:1 que igualava o valor da nova moeda a um dólar. A nova carta orgânica do Banco Central impunha inúmeras restrições a esta entidade com o intuito de prevenir emissões descontroladas em situações de déficits do governo ou de fortes resgates do sistema financeiro do país, mais uma tentativa de aumentar a credibilidade do sistema (ainda assim na ocasião em que o último aconteceu a carta orgânica do banco foi modificada para evitar uma crise do sistema financeiro nacional). A nova carta orgânica declarava a independência do Banco Central, o proibia de garantir passivos das instituições financeiras – incluindo depósitos e poupanças, – limitava sua capacidade de prestar auxílios de liquidez a entidades financeiras, o proibia de remunerar reservas bancárias e, no campo público, limitava mais ainda a sua capacidade de emprestar dinheiro ao governo. As mudanças impostas na instituição o deixariam mais próximo de uma caixa de conversão com poderes regulatórios sobre o sistema financeiro.

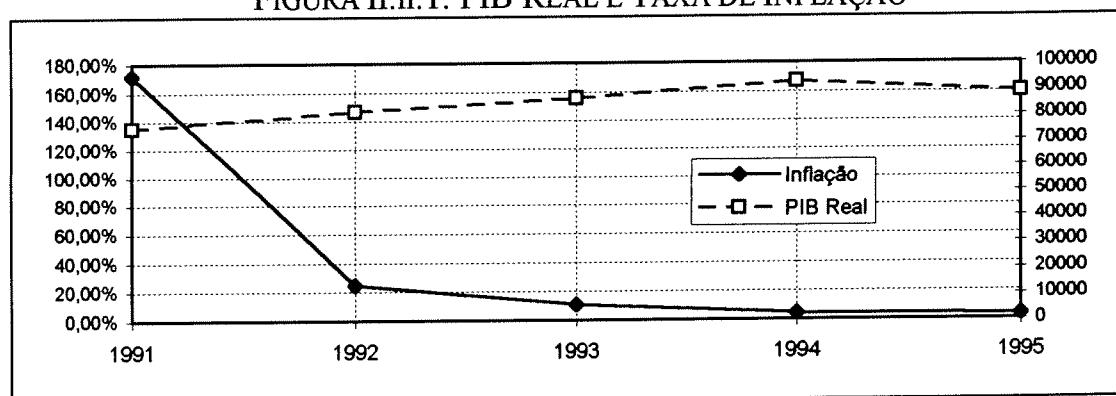
Como um golpe de credibilidade, as medidas tomadas pelo governo em 1991 e 1992 impunham ao governo e ao Banco Central da República Argentina (BCRA) restrições

fortes. Abria-se mão de muitos instrumentos de política monetária e quase da chance de conduzi-la. Ao BCRA restava somente a definição dos valores dos depósitos compulsórios nas diferentes moedas (artifício usado em grande escala pela instituição no período seguinte) e a chance de emitir títulos com o intuito de diminuir a liquidez da economia e recomprá-los se os tivesse vendido. Por outro lado a política monetária ganhava credibilidade e tentava transmitir que desta vez as coisas eram “pra valer.” A evolução da economia argentina de 1991 a 1994 nos levaria a crer que o golpe de seriedade deu certo.

II.II. DA CONVERTIBILIDADE AO TEQUILA - O BOOM

Aos olhos da população argentina, e de alguns observadores internacionais, o sucesso da Lei da Convertibilidade está diretamente relacionado com o crescimento do PIB real do país e com o declínio das taxas de inflação (empregos e estabilidade da economia). Sob esta ótica a figura abaixo nos leva a crer que entre 1991 e 1994 (da Lei da Convertibilidade ao Tequila) o processo de estabilização da economia argentina foi muito bem sucedido. De fato este foi um período muito bom para a economia argentina e em especial, para os bancos.

FIGURA II.II.1: PIB REAL E TAXA DE INFLAÇÃO



Fonte: IFS

Para os bancos argentinos uma das provas mais positivas do sucesso do plano foi o aumento de confiança da população e do exterior no sistema financeiro nacional. Este aumento de confiança é evidente pela internalização de recursos marginais e estrangeiros ao sistema bancário que ocorreu entre 1991 e 1994. Segundo dados do BCRA, entre dezembro de 1991 e dezembro de 1994 o nível de depósitos em moeda nacional aumentou a uma taxa média anual de 26.1%, enquanto os depósitos em moeda estrangeira observaram um crescimento de em média 36.8% ao ano, ver Tabela II.ii.1 para detalhes. Este crescimento é indicação de confiança num programa e num país que há muito tempo tentava se afastar da inflação e da instabilidade econômica.

TABELA II.II.1: DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	Em Moeda nacional ⁽¹⁾	Em Moeda Estrangeira ⁽²⁾	Total ⁽³⁾
1991	8.072	6.560	14.632
1992	13.670	10.742	24.412
1993	19.770	18.093	37.863
1994	20.417	22.986	43.403
1995	19.042	22.699	41.741

(1) Valores nominais em milhões de pesos; (2) Valores em milhões de dólares; (3) Valores em milhões de pesos, os valores em dólares foram convertidos na razão de 1:1; Fonte ADEBA sobre dados do BCRA

Em 1990, após o enxugamento de liquidez resultante do Plano Bonex, a base de depósitos do país se encontrava extremamente contraída (de acordo com dados da Cepal ao fim de 1990, portanto quase um ano após o lançamento do plano, a razão entre M2, incluindo depósitos em dólar, e o PIB se encontrava em 5,4% frente a 12% em 1987 e 24% em 1980). Neste contexto era de se esperar que caso o Plano de Convertibilidade se provasse bem sucedido, a estabilização e o conseqüente aumento de confiança no país deixariam o setor bancário do país numa ótima posição para crescer no curto prazo – por internalização de recursos marginais e de investidores externos. Os dados, a posteriori, indicam que o crescimento potencial na época era realmente impressionante, como de fato foi.

Entre 1991 e 1994, o crescimento do volume de depósitos na Argentina pode ser associado a três movimentos principais: à internalização das poupanças marginais da população argentina; ao influxo de capitais privados estrangeiros para o país sob forma de investimento direto ou de capital especulativo; e ao influxo de capitais externos sob forma de empréstimos a instituições financeiras e a empresas de médio e grande porte que agora tinham acesso livre e direto ao mercado financeiro internacional. Todos estes movimentos tem como pré-requisito básico um aumento na confiança de agentes privados na estabilidade econômica do país. Em especial, o primeiro remonta a uma relação delicada de aumento da confiança de agentes privados sobre as instituições financeiras do país. O governo argentino ainda lançou um amplo plano de privatizações que atraiu ainda mais capital externo para o país.

A estabilização e reativação da economia argentina trouxe consigo um forte crescimento no consumo agregado do país e também das importações. A conseqüente deterioração da balança comercial do país, que se tornara deficitária já em 1991, surgia como um problema dado o novo arcabouço de câmbio fixo que se estabelecera no país. Uma saída de reservas poderia levar a uma contração da base monetária e conseqüente recessão e deflação dos preços – nenhum destes era objetivo do governo.

Apesar dos déficits em transações correntes que se observaram no período (em 1990 a Argentina havia completado um ano com um superávit em suas transações correntes), até 1993, as entradas de capital foram suficientes para promover influxos de recursos estrangeiros. Com o sistema de câmbio fixo em vigor, e a conivência do BCRA, que ainda tinha meios de esterilizar parte dos recursos que entravam na economia através da venda de títulos públicos que possuísse em carteira, esta entrada de capitais promoveu

um aumento da base monetária e em muito contribuiu para o aumento de liquidez da economia como um todo.

Contribuiu ainda sobremaneira ao crescimento do nível de depósitos no país a criação do sistema financeiro dual onde eram aceitas transações em pesos ou dólares. Este sistema oferecia a população rentabilidade e segurança bancária para os dólares (ainda moeda forte) sem que se exigisse a conversão destes em moeda nacional. A abertura desta nova opção a população expandia o potencial mercado de captação no país e é cabível se imaginar que boa parte deste potencial ainda não tenha sido realizado. Mesmo ao fim do primeiro ano do Plano, boa parte da população provavelmente ainda encarava o dólar “sob o colchão” como uma aplicação mais segura que os bancos.

Com a reativação da economia argentina e as mudanças na política monetária-cambial, o setor financeiro do país viria a ser um dos mais beneficiados.

Para os bancos argentinos de varejo a situação era ideal. O país vivia um crescimento espontâneo do volume de depósitos em instituições financeiras e um período de juros elevados com perspectiva de queda no curto ou médio prazo. Os altos juros não eram um custo muito alto para a economia real visto que o país passara a ter uma política de livre mobilidade de capitais e de livre acesso a mercados financeiros externos, e que o momento no exterior era de grande liquidez – o crédito externo surgia como opção para as empresas argentinas. O país vivia ainda um momento de boas perspectivas de crescimento da economia depois de uma década perdida, que, quando aliada com o baixíssimo nível de endividamento da população argentina, se transformava num grande mercado potencial de crédito.

A posição dos bancos de atacado ou de investimento não era de forma alguma pior. O crescimento da oferta de crédito, aliado a volta da confiança no país e ao forte processo de privatização deflagrado pelo governo se transformavam em oportunidades crescentes para os bancos de médio porte que buscavam crescer.

Olhando para trás, o crescimento vivido pelas instituições instaladas no país no período de 1991 a 1994 é impressionante – tal fato está evidente nas tabelas abaixo.

TABELA II.II.2: EVOLUÇÃO DE DEPÓSITOS BANCO A BANCO

Em milhões de pesos	Jun/91	Jun/92	Jun/93	Dez/94
Banco de Crédito Argentino	363	612	1.089	1.103
Banco de Galicia y Buenos Aires	411	934	1.576	2.451
Banco Francés del Rio de la Plata	312	571	861	1.358
	Mar/91	Mar/92	Mar/93	Dez/94
Banco Quilmes S.A.	188	339	618	862
	Dez/91	Dez/92	Dez/93	Dez/94
Banco de la Nación Argentina	3.168	4.242	5.673	6.302

Fonte: IBCA, Bankerstat e BCRA

TABELA II.II.3: EVOLUÇÃO DE ATIVOS BANCO A BANCO

Em milhões de pesos	Jun/91	Jun/92	Jun/93	Dez/94
Banco de Crédito Argentino	759	1.198	1.755	2.015
Banco de Galicia y Buenos Aires	848	1.618	2.781	4.330
Banco Francés del Rio de la Plata	571	1.015	1.579	2.341
	Mar/91	Mar/92	Mar/93	Dez/94
Banco Quilmes S.A.	383	516	851	1.180
	Dez/91	Dez/92	Dez/93	Dez/94
Banco de la Nación Argentina	9.399	10.464	9.437	11.821

Fonte: IBCA, Bankerstat e BCRA

O quadro para os bancos instalados no país se tornava ainda melhor dado um instrumento legal datado de 1984, que dificultava a instalação de novas entidades e novas agências no país num período de dez anos.

Em suma, o período que se passou de primeiro de abril de 1991 a vinte de novembro de 1994 (quando da crise do México), foi extremamente favorável para os bancos argentinos. Prova disso pode ser vista na Tabela II.iii.1 na seção abaixo, onde se

observa que o número de instituições bancárias no período se mantivera relativamente constante, ao contrário do que se pode observar de 1994 a 1996. Se mesmo com a estabilização da economia o período de 1991 a 1994 foi favorável para os bancos argentinos, o mesmo não pode ser dito sobre 1995 e 1996.

II.III. A CRISE DO SISTEMA BANCÁRIO

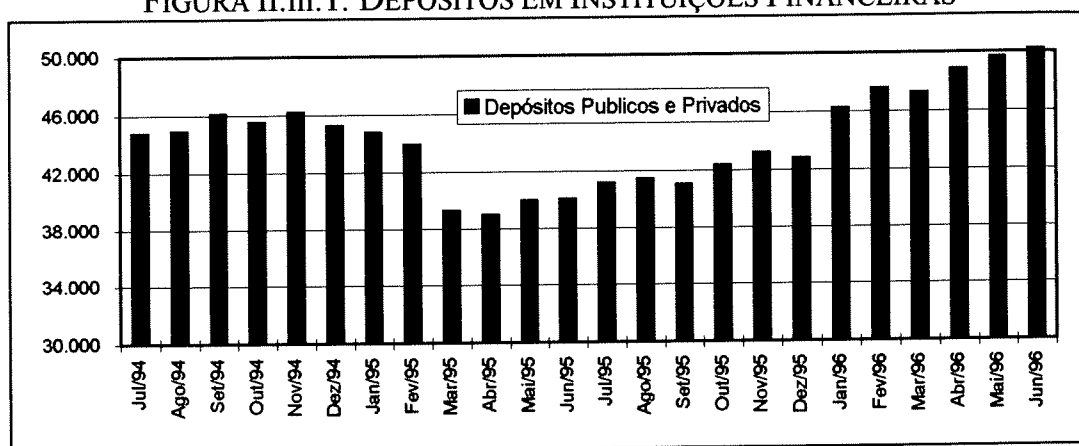
A crise do México, deflagrada em novembro de 1994, viria a ter conseqüências muito fortes sobre a economia argentina. Num piscar de olhos o cenário favorável que havia vigorado para os bancos na Argentina desapareceria.

A Argentina foi, dentre os países da América Latina, o que mais sofreu com a crise do México em 1994. Comumente se associa este fato às semelhanças entre as economias dos dois países nos meses que antecederam a crise: taxa de câmbio fixo; baixa taxa de poupança interna; e déficit crescente de conta corrente. A Argentina dependia dos recursos externos para financiar seu déficit de conta corrente, e sua taxa de câmbio fixa era um bom alvo para ataques especulativos.

Os primeiros movimentos decorrentes da desvalorização mexicana, se concretizaram numa onda de saques de depósitos a prazo denominados em pesos em favor daqueles denominados em dólar, mas em pouco tempo o risco de solvência do sistema financeiro como um todo ficou aparente e os saques com o intuito de retirar os recursos nos depósitos a prazo do sistema financeiro intensificaram-se.

A Figura abaixo mostra ilustra o processo de saques que teve início em novembro de 1994 e só veio a se reverter em abril de 1995. Os dados apresentados são referentes a depósitos do setor público e privado nas duas moedas (pesos e dólares).

FIGURA II.III.1: DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS



Valores em milhões de pesos; Fonte: Boletín Estadístico - BCRA

O risco de solvência do sistema financeiro argentino anunciado na época, era baseado em três pontos principais.

Em primeiro lugar a cultura inflacionária argentina já enraizada na população levava os agentes econômicos a crerem que em tempos de instabilidade e de incerteza a população tenderia a migrar suas poupanças (geralmente em depósitos a prazo) para ativos em dólar e em situações ainda mais críticas para a moeda americana em si. O mesmo se esperaria, “*ceteris paribus*”, de investidores internacionais, que para se manter no país demandariam taxas de juros maiores dado o risco percebido.

Em segundo lugar, o aumento dos juros inicialmente estendido pelos bancos às taxas passivas para conter a perda de depósitos (de origem interna e externa), foi rapidamente transmitido para as taxas passivas piorando a situação dos devedores. Em consequência piorava também a situação das carteiras de crédito dos bancos que haviam crescido fortemente no período anterior. Aproveitando a situação favorável do país, os

bancos agora se deparariam com mais altos níveis de inadimplência dificultando a obtenção de recursos a partir de seus próprios ativos.

Em terceiro lugar, e provavelmente mais importante, adicionava-se o fato de que a anunciada solidez do programa de convertibilidade se provava ser uma falácia. O argumento da solidez do sistema de convertibilidade, baseado no fato de que toda moeda emitida tinha respaldo em divisas, implicava que, se desejado, toda moeda em mãos do público poderia ser convertida em moedas estrangeiras e conseqüentemente que a economia continuaria a funcionar com esta outra moeda. É importante enfatizar a expressão “em mãos” na frase anterior. De fato se toda moeda em mãos do público fosse convertida provavelmente haveria divisas suficientes para saudá-las. No entanto, configurava-se uma situação onde a população, bem como os investidores externos buscavam abandonar seus depósitos a prazo em busca do dólar. Em novembro de 1994, somente os depósitos a prazo em dólares do setor privado argentino alcançavam US\$16.1 bilhões, superando as reservas no BCRA. No mesmo mês a soma dos depósitos a prazo em pesos e dólares do setor privado argentino e de residentes no exterior no sistema excedia em 84.7% as reservas disponíveis no BCRA. No caso de uma onda generalizada de saques faltaria moeda, as taxas de juros subiriam e a qualidade dos ativos dos bancos tenderia a ficar ainda pior. Para as instituições menos capitalizadas, o recurso ao interbancário poderia resultar infrutífero, bem como o recurso a seus próprios ativos. Restavam somente três opções, recorrer ao BCRA – que já tivera sua função de emprestador de última instância severamente limitada em 1992, – a recursos externos, ou a não honrar os depósitos.

Assim, o temor de desvalorização da moeda argentina aliava-se ao temor de falta de liquidez no sistema financeiro e conseqüente quebra de instituições. Enquanto algumas

instituições viriam a ser liquidadas no futuro, não fosse a atuação do BCRA no momento de crise, com certeza a quebra de instituições seria muito maior.

O Banco Central da República Argentina em seus atos e omissões, ajudou muito a salvar o sistema financeiro argentino de um colapso total. A primeira atitude tomada pelo BCRA em relação ao sistema financeiro com o desencadear da crise, foi a dolarização dos encaixes compulsórios em pesos na instituição. Com o intuito de transmitir uma maior credibilidade ao câmbio, o BCRA utilizava uma das poucas funções que lhe restavam (a de controlar os encaixes) para demonstrar sua confiança no câmbio e proteger as instituições financeiras do risco cambial em seus compulsórios que anteriormente não eram nem remunerados.

Seguiu-se a essa mudança uma redução nas alíquotas do compulsório para todos os tipos de depósitos ao longo dos primeiros meses de 1995. Às instituições que não conseguiam cumprir com os encaixes devidos, o BCRA emprestou o encaixe por taxas muito inferiores às praticadas no mercado e ainda permitiu que se contabilizasse o caixa disponível na constituição de até 50% dos encaixes devidos.

Ainda assim as medidas foram insuficientes. Na ausência de emprestadores para as instituições financeiras e com a dificuldade de restaurar créditos, a função de emprestador de última instância do BCRA foi se restabelecendo. Em primeiro de março de 1995 a carta orgânica do Banco Central foi reeditada e se facilitou à entidade realizar empréstimos de liquidez a instituições em dificuldades através do redesconto ou de compra de ativos. Ainda em março criaram-se o “Fondo Fiduciario de Capitalización Bancaria” e o “Fondo Fiduciario de Desarrollo Provincial” com o objetivo de financiar a capitalização, reestruturação ou venda de entidades financeiras e de apoiar a privatização

dos bancos provinciais respectivamente. Os dois fundos foram formados basicamente por captações junto a entidades internacionais no exterior coordenadas pelo BCRA.

Com a revisão da carta orgânica do BCRA este não restringiu sua participação somente ao lado da demanda dos bancos por recursos. Instiuram-se garantias para os depósitos e cadernetas de poupança em caso de liquidação da entidade algo que a reforma de 1992 havia o proibido de fazer. No entanto ao mesmo tempo que garantia os depósitos das instituições, o que o tornaria neutro diante da quebra de uma instituição aos olhos da população, o BCRA favoreceu as instituições em dificuldades através da não punição de instituições que não honrassem os saques de seus depositantes em situações de baixa liquidez. Além disso, foi ainda conivente com bancos que na compensação de cheques, em caso de não haver caixa por parte da instituição não honravam os documentos mesmo que houvesse saldo na conta do correntista.

O fim da crise viria em abril de 1995 através da mudança de expectativas decorrente do aporte por parte do FMI de US\$1,6 bilhões de dólares e o anúncio de que se comprometera a ajudar a Argentina através de outros desembolsos. Com a estabilização dos depósitos o Governo Argentino e o BCRA ainda recorreram a empréstimos no exterior para remonetizar a economia – com sucesso.

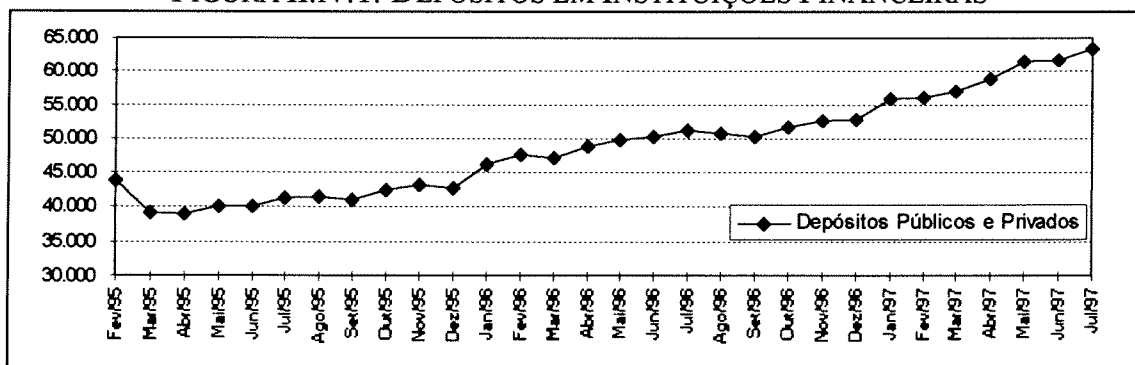
Ainda que no meio da crise poucas instituições tenham sido liquidadas, desmembradas ou fundidas, com a estabilização posterior da economia o BCRA encontrou-se numa situação onde era necessário “arrumar a casa” e o processo de reestruturação iniciado nessa época continua até este momento.

II.IV. DA SUPERAÇÃO AO PRESENTE

O período que se seguiu ao término da crise bancária na Argentina foi marcado por três características principais: crescimento dos depósitos; queda nas taxas de juros; e concentração bancária. Enquanto as duas primeiras características dão base a argumentos de recuperação da economia argentina, a última é prova fundamental dos efeitos da crise. Além disso, observou-se ainda no período uma política de crédito ao setor privado bem menos agressiva que a praticada nos três primeiros anos do plano de estabilização o que tende a reforçar o argumento de que a crise deixou seqüelas.

Depois de ter perdido mais de 15% do total de depósitos de novembro de 1994 a abril de 1995 as instituições financeiras instaladas no país experimentaram um gradual retorno dos depósitos, mais uma vez com expectativas de taxas de juros decrescentes. A evolução dos depósitos, que pode ser observada na figura abaixo indica um crescimento moderado (10% em 8 meses), quando comparado ao crescimento dos anos anteriores, até o fim do ano de 1995 e uma aceleração ao longo de 1996 e 1997 (abaixo os diferentes períodos foram analisados de forma separada para melhor entender e acompanhar a evolução do sistema bancário no período de recuperação).

FIGURA II.IV.1: DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS



Valores em milhões de pesos; Fonte: BCRA

Observam-se na tabela abaixo três pontos principais: o aumento nos depósitos privados no sistema bancário; a redução dos depósitos de entidades governamentais, aliada ao forte crescimento do crédito ao mesmo setor (decorrente da deterioração da situação fiscal dos três níveis de governo durante a crise); e especialmente a grande redução nos depósitos das entidades financeiras no BCRA. Esta última é fruto de sucessivas mudanças na estrutura do depósito compulsório e de uma posterior mudança realizada na regulamentação do setor pelo BCRA.

TABELA II.IV.1: VARIAÇÕES DO BALANÇO CONSOLIDADO DAS ENTIDADES FINANCEIRAS ENTRE ABR/95 E DEZ/95

Efetivo	278
Conta Corrente no BCRA	(2.528)
Crédito ao Setor Público	5.587
Crédito ao Set. Priv. em Pesos	(652)
Crédito ao Set. Priv. em Moeda Est.	1.223
Outras Contas do Ativo	5.101
Ativo	10.297
Crédito Externos Líquidos	(374)
Depósitos Setor Público	(623)
Depósitos Set. Priv. em Pesos	1.600
Depósitos Set. Priv. em Moeda Est.	3.175
Obrigações com o BCRA	(762)
Outras Contas do Passivo	5.882
Capital e Reservas	113

Fonte: BCRA, Boletín Estadístico

Em novembro de 1995, com o intuito de aumentar a liquidez da economia argentina, o Banco Central, extinguiu a obrigação de se depositarem no BCRA os depósitos compulsórios criando a partir daí um sistema de requisitos de liquidez, através dos quais as instituições passaram a ter seus depósitos regulados. Os requisitos de liquidez são um sistema pelo qual, o BCRA estabelece porcentagens de cada tipo de depósito que tem de ser mantidas em ativos líquidos e seguros específicos. Integram este conjunto de ativos títulos de países da OECD custodiados no Deutsche Bank em Nova Iorque, Letras de Liquidez Bancaria, Ações e Títulos de companhias da OECD com qualificação maior que A, e contas correntes no Deutsche Bank em Nova Iorque (conta

“Requisitos de Liquidez”) e no próprio BCRA, dentre outros. Além de aumentar a liquidez do sistema a mudança garantia às instituições a oportunidade de ter suas reservas remuneradas.

O semestre seguinte, ilustrado abaixo na Tabela II.iv.2, mostra ainda a continuação da tendência existente no período anterior de um crescimento mais forte da base de depósitos aliado a um crescimento do crédito ao setor público considerável e um crescimento medíocre do crédito ao setor privado. A redução no ritmo de oferta de crédito ao setor privado passou a ser marca característica do setor bancário até o final de 1996, tendo suas origens tanto na demanda como na oferta por crédito. Por um lado observava-se nos bancos a deterioração das carteiras de crédito ocorrida em meio a crise e se buscava a suas melhorias através do crédito ao governo. Por outro lado, o país já se encontrava com perspectivas de crescimento menores, situação na qual o estímulo ao endividamento se torna menor.

TABELA II.IV.3: VARIAÇÕES DO BALANÇO CONSOLIDADO DAS ENTIDADES FINANCEIRAS ENTRE DEZ/95 E JUN/96

Efetivo	90
Conta Corrente no BCRA	(105)
Crédito ao Setor Público	2.422
Crédito ao Set. Priv. Em Pesos	(319)
Crédito ao Set. Priv. Em Moeda Est.	570
Outras Contas do Ativo	6.738
Ativo	10.913
Crédito Externos Líquidos	(1.983)
Depósitos Setor Público	1.495
Depósitos Set. Priv. Em Pesos	3.290
Depósitos Set. Priv. Em Moeda Est.	2.481
Obrigações com o BCRA	(1.024)
Outras Contas do Passivo	4.863
Capital e Reservas	275

Fonte: BCRA, Boletín Estadístico

É interessante também apontar no quadro acima para a diminuição nas contas de Obrigações com o BCRA e de Crédito Externo Líquido. Ambas obrigações que no

momento da crise tinham contribuído muito para a manutenção da liquidez da economia argentina agora passavam a ser pagas. De fato, o pagamento destas obrigações comprometia parte dos recursos disponíveis nos bancos podendo ser também considerado como uma das razões para a queda na oferta de crédito privado.

A partir de junho de 1996 a situação das entidades financeiras do país se torna mais confortável. O quadro abaixo é uma boa demonstração desta mudança. Especialmente interessante na tabela abaixo é o crescimento da rubrica capital e reservas. No período que de mais de um ano que se seguiu a junho de 1996, os depósitos nas entidades financeiras argentinas cresceram em mais de 13 bilhões de pesos enquanto as mesmas se viram pagando aproximadamente 3 bilhões de pesos de suas obrigações com o exterior. Este período também observou a venda das maiores instituições financeiras privadas do país para investidores internacionais.

TABELA II.IV.3: VARIAÇÕES DO BALANÇO CONSOLIDADO DAS ENTIDADES FINANCEIRAS ENTRE JUN/96 E JUL/97

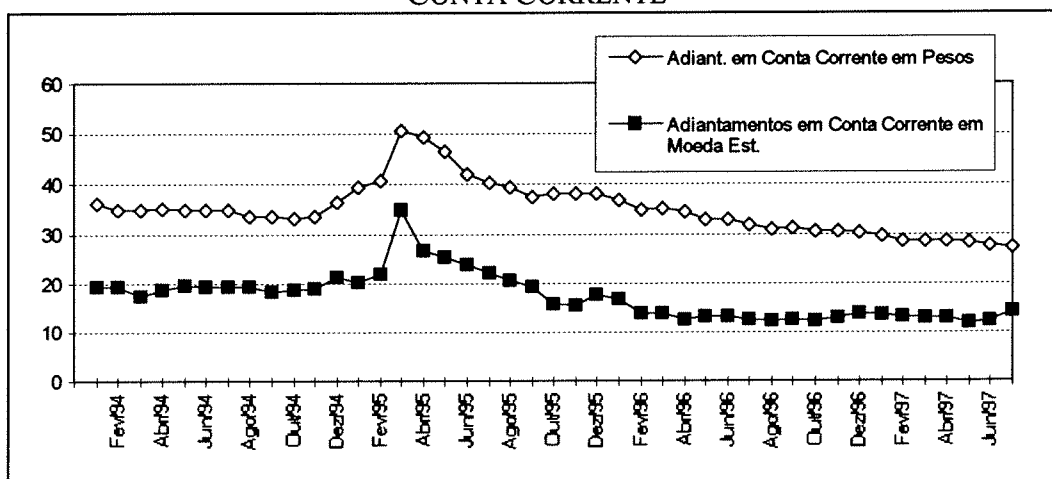
Efetivo	639
Conta Corrente no BCRA	(617)
Crédito ao Setor Público	3.189
Crédito ao Set. Priv. em Pesos	2.613
Crédito ao Set. Priv. em Moeda Est.	5.504
Outras Contas do Ativo	3.595
Ativo	22.745
Crédito Externos Líquidos	(3.052)
Depósitos Setor Público	2.658
Depósitos Set. Priv. em Pesos	5.494
Depósitos Set. Priv. em Moeda Est.	6.052
Obrigações com o BCRA	(565)
Outras Contas do Passivo	2.165
Capital e Reservas	2.170

Fonte: BCRA, Boletín Estadístico

A queda das taxas de juros (depois do pico de março de 1995) foi outra das características do período (1995-1997). Em verdade até o final de 1995 grande parte das taxas de juros de curto prazo, menos de um ano, já haviam caído a níveis mais baixos

que aqueles praticados no começo de 1994. A figura II.iv.2 abaixo, mostra a evolução das taxas médias mensais (anualizadas) praticadas para empréstimos de adiantamento de conta corrente, modalidade comum de crédito ao consumidor na Argentina e que também é usada nas operações de cartão de crédito. Observa-se aí uma resistência a queda por parte das taxas de juros denominadas em pesos nos meses que se seguiram ao fim da crise até o final do ano, tendo as taxas começado a cair mais significativamente a partir de 1996. Esta resistência é consistente com a redução do crédito ao setor privado em pesos observado acima. É importante também notar a redução gradual do “spread” entre as taxas que se processou desde meados de 1996, indicando uma queda nas expectativas de desvalorização que seria crucial para o investimento externo no setor financeiro.

FIGURA II.IV.2: TAXAS MÉDIAS DE JUROS MENSAIS PARA ADIANTAMENTOS EM CONTA CORRENTE



Fonte: BCRA

O último ponto marcante deste período, a concentração bancária, já se estende desde o início da crise bancária. O processo de concentração bancária, no entanto, será objeto de estudo dos próximos capítulos.

III. O SETOR BANCÁRIO ARGENTINO - UMA VISÃO GERAL

Ao final de junho de 1997, o sistema financeiro argentino contava com um total de 141 entidades das quais 20 públicas e 121 privadas. Um total de 107.148 pessoas eram empregadas no setor espalhando-se por 4.138 agências e lidando com um volume total de depósitos que alcança mais de 65 bilhões de dólares (denominados em pesos ou em dólares). Ao final de 1996 o sistema financeiro contava, ainda, com mais de 2 milhões de contas correntes e 7 milhões de contas de poupança. O quadro abaixo mostra a evolução de algumas destas rubricas nos últimos anos.

TABELA III.1: SISTEMA FINANCEIRO ARGENTINO - DADOS GERAIS

	Dez/95	Dez/96	Jun/97
Quant. de entidades financeiras	157	146	141
Públicas	29	20	20
Privadas	128	126	121
Quant. de Contas Correntes	1.696.167	1.882.142	2.055.306
Quant. de Cadernetas de Poupança	6.040.648	6.718.208	7.348.809
Pessoal Empregado	109.658	106.499	107.148

Fonte: BCRA

Quando comparado a população argentina, o número de contas parece baixo (o número de contas correntes corresponde a 5.3% da população em 1996 enquanto o número de cadernetas de poupança chega a 19.1%). Esta baixa razão entre contas e população é considerada um dos maiores atrativos do sistema financeiro argentino no momento. A possibilidade de crescimento é alta e espera-se que ela venha a se realizar em breve. Com vistas a aumentar a penetração do sistema bancário argentino foi

aprovada, em meados de 1997, uma lei que obriga empresas com mais de cinquenta empregados a pagar seus salários através da rede bancária.

A baixa penetração do sistema financeiro entre a população argentina tem como algumas de suas origens as experiências hiper-inflacionárias vividas pelo país, bem como a recente crise bancária (abordada acima). Durante a crise a convivência do BCRA com instituições financeiras que não honravam saques de clientes ou seus cheques no momento de maior crise, ainda que evitasse a falência de muitas instituições, o fazia a custo da credibilidade do sistema financeiro como um todo (em particular a credibilidade de instituições menores). Efetivamente esta prática viria a ser combatida pelo BCRA depois da crise, mas já havia se formado um claro processo de concentração bancária.

TABELA III.2: ESTRUTURA DO SISTEMA BANCÁRIO ARGENTINO

Tipo de Entidade	Dez/90	Dez/91	Dez/92	Dez/93	Dez/94	Jun/95	Dez/95	Jun/96
Bancos Comerciais	164	163	161	162	163	142	122	121
Públicos - Nacionais	2	2	3	2	2	2	2	2
Públicos - Provinciais	24	23	23	23	22	21	21	17
Públicos - Municipais	5	5	5	5	5	5	4	4
Privados Nacionais	103	102	100	102	104	84	66	69
Locais de Capital Externo	9	9	9	9	12	12	11	11
Filiais loc. de Bancos Est.	21	22	21	21	18	18	18	18
Bancos de Investimento	2	2	2	2	2	2	2	2
Públicos - Provinciais	1	1	1	1	1	1	1	1
Locais de Capital Externo	1	1	1	1	1	1	1	1
Bancos Hipotecários	1	1	1	1	1	1	1	1
Casas de Poupança	1	1	1	1	1	1	1	0
Bancos de Desenvolvimento	2	2	2	1	1	1	1	1
Públicos - Nacionais	1	1	1	0	0	0	0	0
Públicos - Provinciais	1	1	1	1	1	1	1	1
Companhias Financeiras	29	28	25	21	21	20	17	16
Casas de Crédito	19	19	18	17	15	14	12	10
Soc. de Poupança e Emp.	3	3	1	1	1	1	1	1
Total	221	219	211	206	205	182	157	152

Fonte: ADEBA

Estruturalmente o setor financeiro argentino era composto (em junho de 1997) por 141 instituições financeiras, incluindo bancos comerciais, bancos de investimento, um banco hipotecário, um banco de desenvolvimento, companhias financeiras e casas de

crédito. A evolução das diferentes classes ao longo dos últimos anos pode ser observada na tabela acima.

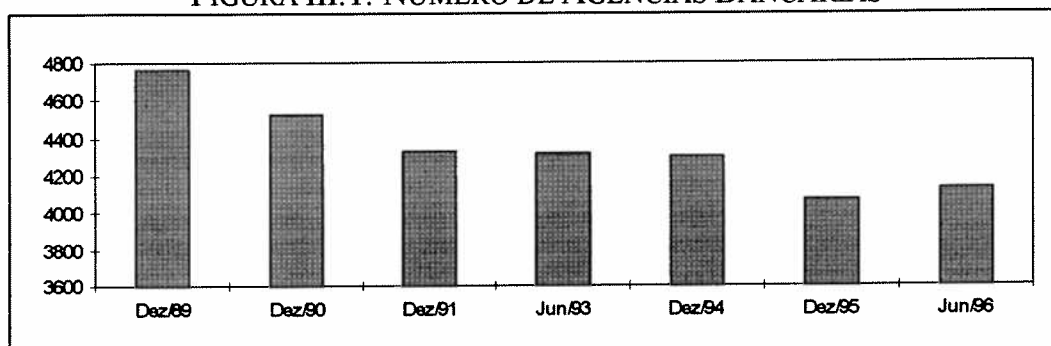
Cabe notar a drástica redução no número de entidades ocorridas desde 1990, uma redução de 80 instituições ou 36% do total ao final de 1990. Este dado se torna ainda mais significativo visto que algumas instituições financeiras ainda entraram no país a partir especialmente de 1994, de forma que a redução sobre a base original de instituições chega a ser ainda maior.

É também interessante notar que apesar de ter havido redução no número de entidades entre 1990 e 1994, a queda mais significativa tem seu início realmente neste último ano. Tal fato serve de base ao argumento de que a reestruturação do setor financeiro argentino realmente se deu a partir da crise bancária de 1994. Serve também como base para o argumento que, apesar do Plano Cavallo ter trazido uma mudança de cenário para os bancos, esta não foi uma mudança ruim. Do final de 1990 a 1994 o número de bancos comerciais no país viria a se reduzir em uma unidade, enquanto de 1994 até junho de 1996, este número diminuiu em 42 unidades.

O impacto maior de estabilização dos níveis de preço que seguiu ao Plano Cavallo sobre a estrutura do setor bancário argentino, aparentemente não seria a redução do número de instituições, mas um esforço pelo aumento da eficiência do sistema. Uma redução no número de instituições seria um resultado provável de uma situação onde, como no Brasil, as instituições financeiras sobrevivessem graças aos ganhos inflacionários – o que não aparenta ter sido o caso. No entanto, como se pode observar nas figuras abaixo, a redução no número de agências foi significativa entre o fim de 1989 e dezembro de 1992. Observa-se especialmente, a redução no pessoal empregado pelo

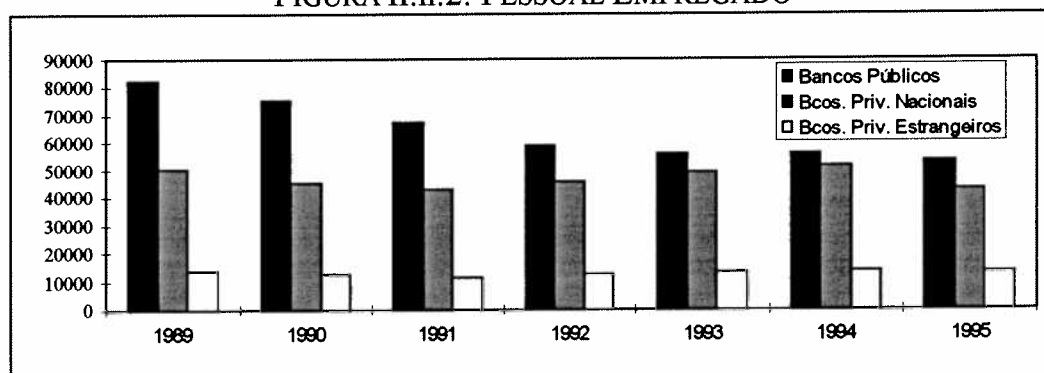
setor público. Deve ser observado que algumas instituições públicas foram privatizadas ou liquidadas, o que atesta por parte da queda no nível de emprego no setor público e parte do aumento no nível de emprego no setor privado. No total a redução no número de pessoal parece ter se diminuído muito após uma estabilização por volta de 107 mil pessoas desde dezembro de 1996.

FIGURA III.1: NÚMERO DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS



Fonte: ADEBA

FIGURA II.II.2: PESSOAL EMPREGADO



Fonte: ADEBA

No que tange às instituições financeiras per se, as dez maiores instituições financeiras do país controlavam em junho 59.1% do total de depósitos nas instituições financeiras do país, enquanto as cinco maiores ficavam com um total de 44.3%. Estes dados se comparam com fatias de 50.2% e 36.8% respectivamente ao final do ano de 1994, pouco depois do início da crise, e demonstram a força do processo de corrida para os bancos que são considerados mais seguros. Em especial, o ganho de mais de dez

pontos percentuais ao nível dos vinte maiores bancos, passando de 65.1% dos depósitos ao final de 1994 para 76.2 ao final de junho de 1997, num universo total de 141 bancos, é clara indicação da dificuldade de bancos de menor porte atraírem depositantes. A evolução da concentração dos depósitos pode ser observada abaixo.

TABELA III.3: EVOLUÇÃO DA CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA

	Dez/93	Dez/94	Dez/95	Jun/96	Jun/97
Cinco Maiores	38,68%	36,85%	42,61%	42,26%	44,35%
Dez Maiores	51,69%	50,18%	58,21%	57,93%	59,14%
Quinze Maiores	60,56%	58,73%	68,13%	67,85%	69,46%
Vinte Maiores	66,77%	65,14%	74,34%	74,15%	76,17%
Restantes	33,23%	34,86%	25,66%	25,85%	23,83%

Fonte: ADEBA, BCRA

Dentre os dez maiores bancos do país por quantidade de depósitos destacam-se dois bancos de controle governamental: o Banco de la Nación Argentina, de controle federal, e o Banco de la Provincia de Buenos Aires, de controle provincial. Estes ocupam respectivamente a primeira e segunda posição na lista de maiores instituições por nível de depósitos, como pode se observar na tabela abaixo.

TABELA III.4: RANKING DE BANCOS POR DEPÓSITOS EM JUN/97

Instituição	Depósitos
Bco. de la Nación Argentina	9.239
Bco. de la Prov. de Buenos Aires	8.033
Bco. Galicia y Buenos Aires	4.615
Bco. Rio de la Plata	4.037
Citibank N.A.	3.034
First National Bank of Boston	2.232
Bco. Francés del Rio de la Plata S.A.	2.193
Bco. Roberts S.A.	1.836
Bco. Credito Argentino	1.737
Bco. de la Ciudad de Buenos Aires	1.657

Em milhões de pesos; Fonte: BCRA

Surge ainda como banco de controle público o décimo maior banco por nível de depósitos – o banco municipal Banco de la Ciudad de Buenos Aires. Nesta tabela observa-se também a presença marcante das maiores instituições privadas de origem

nacional do país (os bancos Galicia, Río, Francés, Roberts e Credito Argentino), mas cabe frisar a palavra origem na frase anterior visto que destas instituições só uma se mantém sob controle privado nacional, o Banco Galicia y Buenos Aires. As quatro instituições restantes foram vendidas nos últimos dois anos para grupos estrangeiros interessados no setor bancário argentino e suas perspectivas de crescimento.

De fato até meados de 1996, antes das grandes instituições privadas argentinas começarem a ser vendidas a bancos estrangeiros, o panorama bancário argentino em muito se assemelhava ao dos bancos no Brasil.

Não se observa no Brasil uma participação relativa tão grande dos bancos de capital estrangeiro, como Citibank, BankBoston e Deutsche Bank, como se tem na Argentina (onde ocupam a quinta e sexta posição do ranking de bancos). A alta penetração destas entidades na Argentina, talvez seja relacionada com uma política mais liberal em décadas passadas e certamente tem relação com a instabilidade da economia Argentina onde grandes bancos de capital estrangeiro certamente transmitem uma maior confiança aos correntistas.

No entanto como no Brasil o cenário bancário argentino é ainda dominado por uma grande instituição de controle federal o Banco de la Nación Argentina. E ainda que não se encontre no Brasil um banco que corresponda ao Banco de la Provincia de Buenos Aires (o mais próximo seria o Banespa, por ser o maior entre os bancos estaduais e pertencer ao estado mais rico brasileiro mas este contrasta com o Provincia de Buenos Aires pela boa qualidade dos ativos do último), quando observando a posição dos bancos Galicia, Río, Francés e Credito até meados de 1996, quando ainda eram controlados por grupos argentinos, não é difícil se imaginar bancos correspondentes no país (Itaú,

Bradesco, Unibanco vem a mente). É importante frisar que apesar de possuírem estruturas semelhantes a escala dos setores bancários brasileiro e argentino, são muito diferentes. É interessante também notar que o Bamerindus foi mantido fora da última comparação feita. O Bamerindus, que já foi vendido ao HSBC (que por sua vez também comprou o Banco Roberts S.A. na Argentina), foi vendido após intervenção do Banco Central e tal ainda não tem precedente entre os bancos de maior porte na Argentina.

A posição reguladora do sistema bancário cabe na Argentina ao Banco Central de la Republica Argentina (BCRA), que tem se mostrado particularmente ativo nos momentos de crise. Até meados de 1995 (e desde 1992) seu poder de influir diretamente sobre o setor bancário estava muito limitado. Com a revisão de sua carta orgânica, feita as pressas para evitar um possível colapso do setor bancário argentino, o banco tem se mostrado muito ativo nos últimos tempos. Como exemplos pode-se citar a atuação do banco em três ramos, na regulamentação do setor (onde se destacam: a mudança do sistema de encaixes compulsórios para o sistema de requisitos de liquidez e a gerência destes últimos; as garantias dadas a depósitos e poupanças; e o papel fundamental exercido na reestruturação do setor desde 1995).

Nas suas ações o BCRA tem garantido uma maior confiabilidade ao sistema bancário argentino, bem como ao sistema monetário do país tentando garantir a continuidade do processo de estabilização especialmente nos períodos mais difíceis.

IV. A REESTRUTURAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO

É cabível se dizer que a mudança vivida pela economia argentina a partir de abril de 1991, tenha efetivamente tido relevante participação no processo de reestruturação bancário que o país viveu ao longo dos últimos anos. Esta participação deriva da mudança imposta ao sistema financeiro, onde por um lado se instituiu um sistema bancário dual (que aceitava operações em dólares e pesos) e por outro se tirou do BCRA quase toda sua capacidade de ajudar as instituições financeiras do país em caso de crise.

Assim sendo a estabilização da economia não deve em si ser considerada uma das razões para a reestruturação do setor bancário em função de promover uma queda da inflação e do déficit público. Ela viria a ser uma das causas da crise do sistema bancário por dificultar a situação das entidades financeiras em momentos de crise cambial, como a que ocorreu entre fins de 1994 e meados de 1995.

No período que seguiu a crise de 1994, observou-se na argentina um processo de concentração bancária forte, que não poupou instituições menores de liquidação pelo BCRA, e que se levou a cabo através de forças do mercado (onde depositantes fugiam para os bancos maiores ou para o dólar); fusões; aquisições e até privatizações de bancos públicos por vontade de seus controladores e sugestão do FMI.

No início de 1995 se configurava no país um processo de transferência de ativos das contas de depósitos a prazo para o dólar – considerado uma alternativa mais segura contra o risco da desvalorização que se fez presente depois da crise do México. O movimento, que se iniciou com saques das contas em pesos e transferência para contas em dólares, se agravou a partir de fevereiro de 1995, e se tornou um movimento generalizado de saques contra as instituições devido ao temor de quebra do sistema financeiro argentino como um todo – discutido acima na seção sobre a crise bancária. Neste processo viriam a sofrer menos as grandes instituições nacionais e estrangeiras e reiriam parte dos volumes sacados de instituições menores. O processo de transferência interbancária de depósitos encontrava fundamentado no fato de que estas instituições eram vistas como mais capazes de, em caso de necessidade, ter ou adquirir divisas (mesmo que no exterior) para saldar as necessidades dos correntistas. Por outro lado nem mesmo estes eram incólumes aos receios da população de que se instaurasse um plano Bonex II, visto que o confisco de boa parte dos recursos disponíveis no setor financeiro argentino ajudaria muito na resolução do problema de falta de divisas dos bancos.

Com a piora da situação das instituições de menor porte, o BCRA embarcou numa cruzada para evitar o colapso de instituições em meio a crise que poderia levar a saques e histeria ainda maiores. Esforços iniciais levaram o banco a reduzir as necessidades de depósitos compulsórios para os diferentes tipos de depósitos dos correntistas, e mais tarde a publicamente transferir a o risco das entidades financeiras para os correntistas em afirmações que indicavam que instituições que não pudessem honrar os saques de seus correntistas em tempos de crise não seriam liquidadas pelo BCRA. Seguiu-se a isto uma série de problemas onde correntistas não tinham acesso a seus depósitos por meio dos bancos nem de cheques – algumas instituições chegavam a afirmar que seus correntistas

não tinha saldo junto a elas para não honrarem cheques nas câmaras de compensação. Com a reedição da carta orgânica do BCRA em meados de 1995 este retomou a atividade de emprestador de última instância e instituiu dois fundos com recursos obtidos no exterior para promover a reestruturação do setor. O “Fondo Fiduciario de Capitalización Bancaria” e o “Fondo Fiduciario del Desarrollo Provincial” seriam as contrapartes argentinas, mais bondosas, do Proer. O primeiro destes fundos era direcionado a todas as instituições em necessidade de liquidez nos tempos de crise e não implicava na perda do controle da instituição por parte dos controladores atuais. O não cumprimento dos pagamentos referentes a estes recursos, no entanto, colocava o banco disponível para liquidação ou venda por parte do BCRA. O segundo fundo era direcionado particularmente aos bancos provinciais da nação que eram vistos como ponto frágil do sistema financeiro por órgãos de apoio internacional. Os dois fundos tinham como principal fonte de recursos os externos e serviram muito bem para capitalizar a economia argentina no momento de crise. Foi criada mais tarde uma “Red de Seguridad” através da qual instituições financeiras mais saudáveis garantiam apoio financeiro ao sistema em caso de crise. Tudo isto contribuiria para a saída do país da crise.

Abaixo se vê uma lista das instituições nas quais o BCRA teve de intervir no período que se seguiu à crise. Muitas destas foram vendidas para outras instituições financeiras do país, que as compraram inteiras ou desmembradas. Cabe notar que as datas na tabela abaixo que aparecem como abril de 1995, não são exatas, mas ocorreram no período de janeiro a abril de 1995.

É curioso notar o pequeno porte das instituições liquidadas até junho de 1995, num momento delicado para as expectativas sobre o setor. A exceção fica por conta do

Banco Integrado Departamental (BID) um banco cooperativo de maior porte e controle público, que já tinha sua venda programada a algum tempo.

TABELA IV.1: INSTITUIÇÕES QUE SOFRERAM INTERVENÇÃO DO BCRA (DADOS REFERENTES AO PERÍODO DE 1995 A 1997)

Instituição	Dep. Em Jun/93	Data
Bco. Extrader	27,2	Abr/95
Bco. Finansur	44,8	Abr/95
Bco. Basel	14,5	Abr/95
Bco. Feigin	97,7	Abr/95
Bco. Coronel Dorrego	71,3	Abr/95
Bco. Integrado Departamental (BID)	196,5	Abr/95
Bco. Austral	35,8	Abr/95
Bco. Interbonos	7,3	Abr/95
Bco. Tarraubella	3,6	Abr/95
Bco. Crédito Luro	15,9	Abr/95
Bco. del Fuerte	18,6	Jul/95
Bco. Federal	155,8	Ago/95
Bco. Comercial de Tandil	104,1	Ago/95
Bco. Union Comercial y Industrial	219,6	Dez/96
Bco. Platense	37,4	Fev/97

Fonte: Lafis

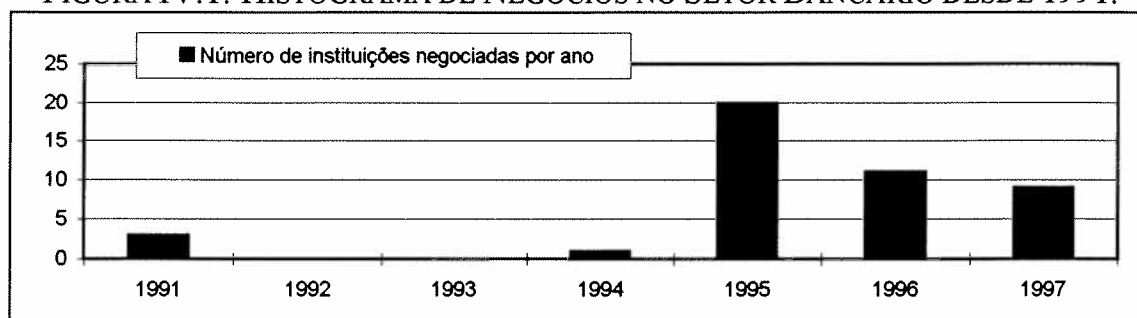
A partir de meados de 1995 passam a sofrer intervenções bancos de maior porte que haviam tido dificuldades durante a crise. São as primeiras marcas de uma liberalização maior do sistema financeiro argentino. As instituições fora de condições de operação não seriam protegidas.

O BCRA também auxiliou a venda de diversos bancos que não conseguiram se sanear nem com os recursos dos fundos de assistência. Na Tabela IV.2 são mostradas algumas das operações de compra de instituições ocorridas na Argentina desde o Plano Cavallo.

O histograma mostra a concentração destas negociações ao longo de cada ano desde o plano de estabilização e ajuda a ilustrar o fato de que o ajuste realmente se deu

após 1994. Como pode ser observado na Tabela IV.2, as negociações ocorridas em 1991 foram dominadas por privatizações realizadas por governos provinciais.

FIGURA IV.1: HISTOGRAMA DE NEGÓCIOS NO SETOR BANCÁRIO DESDE 1991.



Dados para 1997, até Set/97, Fonte: Lafis e Securities Data Company

Não é possível afirmar que as negociações acima (e na Tabela IV.2) representem a totalidade das negociações ocorridas, visto que não foi possível encontrar dados sobre todas as instituições que deixaram de existir no entre junho de 1993 e junho de 1997, muito menos sobre aquelas que deixaram de existir entre 1991 e 1993. Ainda assim a tabela acima aponta para um fato muito interessante: a maior parte das negociações realizadas até meados de 1996 tiveram como compradores instituições privadas de capital argentino. Portanto o fenômeno notado na introdução deste trabalho, de venda das maiores instituições do país para investidores estrangeiros se concentra no período curto de pouco mais de um ano que se desenrolou de junho de 1996 até hoje. Cabe também notar os valores relativamente baixos envolvidos nas transações. O maior valor pago até o momento pelo controle de um banco argentino foi de US\$594 milhões, pago pelo Banco Santander pelo controle do Banco Río de la Plata. Seguem-se a este os valores de pagos pelo Banco Francés na compra do Banco de Crédito Argentino (US\$481 milhões) e pelo BBV na compra do Banco Francés (US\$350 milhões) – todos os dados segundo Securities Data Companies. Pode-se afirmar que o HSBC pagou US\$688 para entrar no mercado financeiro argentino (o tornaria a negociação a de mais

alto volume), mas este o fez pela compra de 100% do grupo Roberts S.A. de Inversiones (que controla o Banco Roberts S.A. bem como outras companhias). Todas estas cifras, ainda que grandes para muitos, são pequenas quando comparadas aos ativos das maiores instituições financeiras mundiais.

TABELA IV.2: NEGÓCIOS NO SETOR BANCÁRIO DESDE 1991.

Instituição Vendida	Comprador	Data
Bco. de la Prov. de Rioja	Nuevo Banco de la Rioja S.A.	Set/91
Bco. de la Prov. de Corrientes	Bco. Del Iberá	Out/91
Nuevo Bco. Del Santiago de Estero	Bco. Quilmes S.A.	Dez/91
Bco. de la Prov. del Chaco	Bco. Patrícios, BID	Dez/94
Bco. de la Prov. de Entre Ríos	Coop del Este, Instituc., Mun. de Paraná	Jan/95
Bco. del Sud	Banamex	Jan/95
Bco. Quilmes S.A.	Bank of Nova Scotia	Jan/95
Bco. Popular Argentino	Bco. O'Higgins	Jan/95
Bank of Tokyo-Argentinian	ABN-AMRO	Jan/95
Bco. Monserrat S.A.	Bco. Del Suquia	Fev/95
Merchants Bankers Asociados	Salomon Brothers Inc.	Jun/95
Bco. Credito Provincial S.A.	Bco. Monte dei Paschi di Siena	Jun/95
Bco. Feigin	Investor Group	Jul/95
Bco. Dorrego y Trenque	Bco. De la Provincia de Pampa	Jul/95
Bco. Venado Tuerto	Bco. Exprinter	Jul/95
Bco. Transandino	Furman Selz (associação)	Ago/95
Bco. de la Prov. de Misiones	Bco. Corrientes S.A.	Set/95
Bco. de la Prov. de Formosa	Bco. Patrícios	Set/95
Bco. Noroeste Argentino	Bco. Caseros	Set/95
Bco. Asfin	Bco. Velox	Set/95
Bco. Thornquist	Bco. O'Higgins	Nov/95
Bco. Shaw S.A.	Bco. del Sud	Nov/95
Bco. de la Prov de Rio Negro	Bco. Mildesa S.A.	Dez/95
Bco. del Forte	Bco. Velox	Dez/95
Bco. Bisel	Caisse Nat. Credit Agricole	Jan/96
Bco. Junin	Bco. Credito Provincial	Jan/96
Bco. Tandil	Bco. Credito Provincial	Jan/96
Bco. Baires	Bco. Credito Provincial	Jan/96
Bco. Popular Financeiro S.A.	Bco. Roberts S.A.	Mar/96
Bco. Medefin UNB S.A.	Socimer	Ago/96
Bco. Francés del Rio de la Plata S.A.	Bco. Bilbao Vizcaya	Out/96
Bco. de la Prov. de San Juan	Leecorp	Nov/96
Bco. Caseros	Bco. Credito Argentino, Bco. Salta	Nov/96
Bco. Tres Arroyos	Bco. Credito Provincial	Nov/96
Bco. de Mendonza	Investor Group	Nov/96
Bco. Union Com. e Ind. (BUCI)	Corp Banca S.A.	Mar/97
Bco. Bica Coop. Ltda	Bco. del Suquia	Mar/97
Bco. Credito Argentino	Bco. Bilbao Vizcaya	Mai/97
Bco. Roberts S.A.	HSBC	Mai/97
Bco. Sudecor Litoral	Bco. Galícia y Buenos Aires	Mai/97
Bansud	Banamex	Jun/97
Bco. Credito de Cuyo	Bco. Transandino	Jul/97
Bco. Rio de la Plata	Bco. Santander	Ago/97
Deutsche Bank Argentina	BankBoston	Set/97

Fonte: Lafis, Gazeta Mercantil e Securities Data Company

Assim sendo pode-se dizer que ainda que o processo seja impressionante, é difícil acreditar que a troca de comando (bem como a troca da nacionalidade do comando das maiores entidades financeiras privadas argentinas) tenha se dado por uma dificuldade destas instituições de sobreviver no novo cenário econômico que se desenvolveu no país após a estabilização da economia. Pelo contrário, a venda destas instituições para investidores privados de capital estrangeiro (a exceção da venda do Thornquist que era controlado pelo grupo francês Credit Lyonnais e do Deutsche Bank para o BankBoston) aponta para o grande potencial de crescimento e rentabilidade que o setor financeiro do país parece ter bem como para a ótima posição destas instituições no mercado nacional – possivelmente as razões pela quais foram cobiçadas e compradas.

O mesmo não pode ser dito sobre as instituições menores que tem sido negociadas desde 1994 por valores muito baixos e por vezes com seus ativos divididos. Estas provavelmente sofreram com a crise bancária de 1994 e mesmo as que não foram vendidas pelo BCRA, certamente o foram por seus controladores observarem no sistema bancário argentino um risco que não estavam dispostos a correr.

Nas próximas seções serão abordadas caso a caso a evolução de algumas instituições financeiras argentinas.

Cabe antes de mostrar dados sobre bancos específicos, uma olhada à tabela abaixo. Esta mostra os dados médios para a totalidade do sistema bancário argentino no mesmo formato que estes dados serão mostrados para cada instituição posteriormente.

Os dados mostrados na tabela foram adquiridos através da média aritmética dos dados de todas as instituições existentes no sistema financeiro argentino nas datas mostradas.

TABELA.IV.3: DADOS MÉDIOS DO SETOR BANCÁRIO ARGENTINO

Data	Jun/93	Dez/93	Dez/94	Dez/95	Dez/96	Jun/97
Dados Contábeis						
Ativo	327	380	421	610	744	897
Disponibilidades	39	51	48	40	56	69
Empréstimos	209	234	277	354	419	465
Provisões	(28)	(25)	(30)	(41)	(39)	(37)
Depósitos	169	202	233	290	378	462
Em Pesos	53,9%	52,2%	48,0%	44,8%	46,2%	49,4%
Patrimônio Líquido	56	62	67	88	102	115
Desempenho						
Grau de Alavancagem	4,84	5,11	5,32	5,91	6,32	6,78
Empréstimos/Depósitos	123,5%	115,9%	119,1%	122,2%	110,9%	100,7%
Empréstimos/Ativos	63,9%	61,5%	65,8%	58,1%	56,3%	51,9%
Pat. Líq./Ativos	17,1%	16,4%	15,8%	14,5%	13,7%	12,8%
Cart. Irr. Líq./Créditos	14,6%	9,1%	10,5%	12,8%	10,1%	13,7%

Fonte: BCRA

Não são apresentados dados sobre rentabilidade (estes somente aparecem nas tabelas feitas para cada banco abaixo) visto que os dados disponíveis ao final do ano referentes a lucros da instituição são acumulados desde o início do calendário fiscal da entidade, que não necessariamente é janeiro. Desta forma, nas tabelas abaixo a os dados relativos a rentabilidade são anualizados e não deveriam ser usados senão para grossas comparações.

Enquanto os dados contábeis (ativo, depósitos, etc.) exigem pouca explicação, cabe uma explanação sobre os indicadores de desempenho escolhidos para acompanhar os dados contábeis nas tabelas.

O grau de alavancagem de uma empresa é a relação entre o passivo do da empresa e seu patrimônio líquido. Aplicado aos bancos este indica quanto o banco escolheu captar para cada peso (ou dólar) do acionista. Mostra portanto também quantas vezes maior é a participação de terceiros sobre a participação dos acionistas nos recursos dos bancos.

A razão empréstimos sobre depósitos mostra quanto dos fundos dos depositantes está aplicado em empréstimos. Esta razão é particularmente importante em tempos de

crise bancária e de movimento de saques generalizados visto que os empréstimos são em geral créditos menos líquidos do que outras aplicações e em tempos de crise na economia são mais difíceis de se recuperar. Quanto menor esta razão, mais fácil é para instituição se tornar líquida para honrar saques.

A razão empréstimo sobre ativos complementa a de empréstimos sobre depósitos para mostrar quanto, na composição dos ativos totais é a participação dos empréstimos servindo também para transmitir uma idéia da liquidez da instituição.

O patrimônio líquido sobre ativos é outra medida comum de alavancagem de uma instituição financeira e indica quanto cada peso (ou dólar) do acionista o banco escolheu gerar como ativo.

Por último, a razão carteira irregular líquida sobre créditos mostra a relação entre o volume de créditos que se encontra fora de situação regular (como definido pelo BCRA) menos o volume provisionado sobre o volume total de créditos concedidos. Esta razão, ao incorporar as provisões feitas pelas entidades indica o nível de irregularidade de carteiras com a qual os bancos estão dispostos a conviver no período. Sua evolução dá uma boa idéia da posição tomada pelo banco em relação ao crédito concedido (uma vez observados também o nível de provisões e de empréstimos constantes na tabela).

Nas tabelas abaixo ainda se encontram a rentabilidade sobre o ativo, sobre o patrimônio líquido e a receita de juros sobre ativos. As três são medidas de rentabilidade dos bancos e são elaboradas sobre os dados anualizados de lucro e receitas de juros de cada instituição e sobre as rubricas contábeis presentes no ativo e patrimônio líquido de cada instituição ao final de cada período. Assim sendo são dados imprecisos não somente devido a anualização das remunerações, como também devido ao crescimento de ativos

ao longo do período. Seria mais correto trabalhar com dados de anos fiscais fechados e ativos e créditos médios mas estes não estavam disponíveis.

A rentabilidade sobre ativos mostra quanto a instituição pode gerar de lucro para cada peso (ou dólar) de ativo que possui, e é uma indicação de quanto poderia gerar com um dólar ou peso adicional de ativo.

Da mesma forma a rentabilidade patrimonial mostra a rentabilidade da instituição para cada unidade monetária do acionista e pode servir de indicação para quanto o lucro poderia aumentar no caso de um aporte de capital por parte dos acionistas.

A rentabilidade sobre ativos mostra a capacidade de geração de receitas por unidade de ativo e é um dado comparável entre instituições e países.

IV.I. BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA

O Banco de la Nación Argentina é o maior banco comercial no país em nível de ativos, depósitos e patrimônio líquido (no sistema financeiro como um todo, seu patrimônio líquido só é menor que o do Banco Hipotecário Nacional – que não é um banco comercial). O banco tem sua totalidade de seu capital nas mãos do governo federal, mas tem, em teoria, autonomia administrativa e orçamentária (ainda que parte de seu orçamento tem de ser aprovado pelo legislativo). Efetivamente o banco caminha consoante com a política monetária do país chegando em alguns casos a ter prestado assistência a outras entidades financeiras em dificuldades a pedido do BCRA.

Como o banco é efetivamente controlado pelo governo federal, este assume certas atividades no sistema financeiro argentino que poucos outros bancos do país tomam a si.

Dentre estas destacam-se as suas funções de emprestador ao setor público, às pequenas empresas e especialmente ao setor agropecuário do país (este toma tradicionalmente boa parte da carteira de crédito do banco) e a de supridor de serviços bancários em localidades economicamente não atrativas. Estas funções explicam em parte o fato do banco ter, provavelmente a carteira de crédito em pior estado dentre os dez maiores bancos do país. No entanto, ainda que sua rentabilidade patrimonial seja baixa devido em parte às baixas taxas praticadas em seus empréstimos, o banco goza de uma posição confortável no setor devido principalmente a sua maior escala.

TABELA IV.1.1: BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA

Data	Jun/93	Dez/93	Nov/94	Nov/95	Nov/96	Mai/97
Dados Contábeis						
Ativo	9.601	10.454	11.821	14.490	14.316	15.263
Disponibilidades	1.676	2.001	2.163	1.231	1.564	2.370
Empréstimos	4.608	5.368	6.671	7.398	7.259	7.108
Provisões	(250)	(274)	(382)	(555)	(785)	(715)
Depósitos	5.115	6.354	6.302	6.307	7.651	9.239
Em Pesos	64,8%	63,8%	54,7%	47,7%	49,1%	54,1%
Patrimônio Líquido	1.844	1.781	1.935	1.921	1.924	1.963
Lucro Anualizado	16	27	32	27	33	74
Desempenho						
Rentabilidade Patrimonial	0,9%	1,5%	1,7%	1,4%	1,7%	3,8%
Rentabilidade Sobre Ativos	0,2%	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%	0,5%
Grau de Alavancagem	4,21	4,87	5,11	6,54	6,44	6,78
Empréstimos/Depósitos	90,1%	84,5%	105,9%	117,3%	94,9%	76,9%
Empréstimos/Ativos	48,0%	51,3%	56,4%	51,1%	50,7%	46,6%
Rec. de Juros/Ativos	9,0%	8,1%	8,3%	8,3%	4,0%	7,0%
Pat. Líq./Ativos	19,2%	17,0%	16,4%	13,3%	13,4%	12,9%
Cart. Irr. Líq./Créditos	7,2%	8,8%	11,3%	15,0%	13,5%	15,3%

Fonte: BCRA

Nos últimos anos o governo Menem vem tentando vender parte do capital do banco a investidores privados, mas a proposta não tem tido muito apoio no legislativo. Foi também tentada no passado a privatização da instituição, mas esta proposta também não havia encontrado muito apoio. Recentemente, em meio a crise financeira que tem assolado o mundo, o governo anunciou a privatização da instituição. O ato pareceu mais cunhado na necessidade que o governo vivia de gerar confiança no programa econômico do que em razões fundamentadas na característica da instituição. Ainda assim é muito

provável que a instituição seja privatizada no futuro próximo para mostrar a credibilidade da palavra do governo.

Ao final de junho de 1997 o banco possuía mais de 179 mil contas correntes e mais de 625 mil cadernetas de poupança, empregando 15.364 pessoas. O banco também conta com dezesseis filiais espalhadas por 10 outros países, além das 526 filiais que cobrem todas as províncias do país. Esta farta rede de captação serve ao banco muito bem uma vez que este tem seus recursos predominantemente oriundos de depósitos de seus clientes.

IV.II. BANCO DE LA PROVÍNCIA DE BUENOS AIRES

O Banco de la Provincia de Buenos Aires é o segundo maior banco comercial argentino e ainda que esteja sob controle do estado, sua boa condição financeira faz inveja a muitos bancos privados e permite que esta instituição se mantenha alheia ao movimento de privatizações que vem transferindo a maior parte dos bancos provinciais (e agora públicos) para a iniciativa privada.

O banco possui uma postura pouco mais agressiva que o Banco de la Nación Argentina, com níveis de alavancagem um pouco maiores que os daquele banco. Ainda assim sua rentabilidade é bem maior que a do la Nación e pode-se afirmar que em bons tempos da economia mundial sua venda pode trazer uma boa quantidade de recursos para os cofres provinciais.

A pequena participação dos títulos públicos na carteira do banco poderia, no entanto, servir como prova de que a Província não se encontra em dificuldades financeiras – diferente do caso brasileiro do Banespa e de São Paulo.

TABELA IV.II.1: BANCO DE LA PROVÍNCIA DE BUENOS AIRES

Data	Mai/93	Out/93	Jun/94	Dez/95	Out/96	Mai/97
Dados Contábeis						
Ativo	6.914	7.368	6.874	8.342	9.478	11.442
Disponibilidades	527	650	775	476	528	729
Empréstimos	4.224	4.427	4.614	5.411	5.924	6.327
Provisões	(1.001)	(1.021)	(1.127)	(854)	(708)	(731)
Depósitos	3.497	3.732	4.299	5.071	6.216	8.033
Em Pesos	69,2%	64,0%	59,9%	46,8%	51,7%	56,1%
Patrimônio Líquido	989	1.065	971	1.218	1.330	1.419
Lucro Anualizado	98	126	147	97	142	142
Desempenho						
Rentabilidade Patrimonial	9,9%	11,9%	15,1%	7,9%	10,7%	10,0%
Rentabilidade Sobre Ativos	1,4%	1,7%	2,1%	1,2%	1,5%	1,2%
Grau de Alavancagem	5,99	5,92	6,08	5,85	6,12	7,06
Empréstimos/Depósitos	120,8%	118,6%	107,3%	106,7%	95,3%	78,8%
Empréstimos/Ativos	61,1%	60,1%	67,1%	64,9%	62,5%	55,3%
Rec. de Juros/Ativos	8,9%	8,6%	10,1%	8,5%	8,4%	7,1%
Pat. Líq./Ativos	14,3%	14,5%	14,1%	14,6%	14,0%	12,4%
Cart. Irr. Líq./Créditos	3,6%	0,3%	-0,4%	10,0%	10,4%	8,8%

Fonte: BCRA

IV.III. BANCO DE GALÍCIA Y BUENOS AIRES

O Banco Galicia y Buenos Aires é hoje o maior banco comercial privado argentino. É também o único entre os grandes bancos do país que se mantem sob controle de investidores argentinos após a temporada de compras que assolou o sistema bancário do país. Desde 1991 o banco tem apostado no crescimento do mercado bancário argentino, sendo um dos primeiros bancos do país a tomar proveito das emissões de “obligaciones negociables” e do mercado acionário para aumentar sua captação. O banco ainda assim tem uma forte base de depósitos para suas atividades e presta serviços a todos os ramos da economia. Ao longo dos últimos anos o banco além de adquirir o Banco Suddecor Litoral, adquiriu ainda dois instituições de cartão de crédito, aumentando sua penetração

no mercado argentino. O banco conta hoje com 210 filiais espalhadas pela Argentina e 274 caixas automáticos.

TABELA IV.III.1: BANCO GALÍCIA Y BUENOS AIRES

Data	Jun/93	Dez/93	Dez/94	Dez/95	Dez/96	Jun/97
Dados Contábeis						
Ativo	2.763	3.849	4.330	5.660	7.752	9.276
Disponibilidades	419	599	483	408	618	410
Empréstimos	1.761	2.409	3.157	3.373	4.377	5.118
Provisões	(48)	(79)	(122)	(150)	(158)	(176)
Depósitos	1.573	2.293	2.451	3.031	3.677	4.615
Em Pesos	41,5%	34,1%	34,7%	37,6%	42,1%	43,5%
Patrimônio Líquido	404	430	497	573	804	894
Lucro Anualizado	57	89	55	61	102	111
Desempenho						
Rentabilidade Patrimonial	14,1%	20,8%	11,0%	10,6%	12,7%	12,4%
Rentabilidade Sobre Ativos	2,1%	2,3%	1,3%	1,1%	1,3%	1,2%
Grau de Alavancagem	5,84	7,94	7,71	8,88	8,64	9,38
Empréstimos/Depósitos	111,9%	105,1%	128,8%	111,3%	119,0%	110,9%
Empréstimos/Ativos	63,7%	62,6%	72,9%	59,6%	56,5%	55,2%
Rec. de Juros/Ativos	11,5%	10,9%	11,2%	10,5%	8,9%	8,1%
Pat. Líq./Ativos	14,6%	11,2%	11,5%	10,1%	10,4%	9,6%
Cart. Irr. Líq./Créditos	2,7%	2,0%	4,1%	4,8%	4,3%	3,5%

Fonte: BCRA

O banco possui ainda uma subsidiária integral, a Casa Bancária, no Uruguai que serve a seus clientes como instituição “off-shore” captando recursos em dólares fora do país. É marcante que apesar do forte crescimento vivido pela instituição nos últimos anos, a rentabilidade do Galícia é boa, bem como sua carteira de crédito.

IV.IV. BANCO RÍO DE LA PLATA

Fundado em 1908 o Banco Río de la Plata é hoje o segundo maior banco comercial da Argentina. Pertencente até pouco tempo atrás à família Pérez Companc o banco foi vendido ao banco espanhol Santander numa operação fechada em agosto deste ano que envolveu US\$594 milhões. O banco que tradicionalmente tinha suas atividades concentradas no varejo, passou por uma mudança no início do período de estabilidade onde seus controladores viram uma oportunidade no ramo de banco de investimento

para investir num mercado de capitais que estava praticamente abandonado nos tempos de crise. A estratégia garantiu ao banco uma alta rentabilidade, mas a maior cautela com sua carteira de crédito e de clientes custou-lhe a primeira posição entre os bancos privados no país. O banco possui uma ótima carteira de empréstimos que como sua base de depósitos se concentram na moeda estrangeira.

Com a entrada do novo grupo controlador, que já possui um banco de investimentos no país (o Banco Santander S.A.) o banco está mais uma vez mudando seu rumo e se voltando para o varejo, ainda que sem abandonar o atacado. Outra mudança curiosa provem da instituição por parte do banco espanhol de um “management fee” que passou a ser aplicado sob as receitas da instituição em detrimento dos acionistas minoritários do banco. O banco não tem ações negociadas em bolsa.

TABELA IV.IV.1: BANCO RÍO DE LA PLATA

Data	Jun/93	Dez/93	Dez/94	Dez/95	Dez/96	Jun/97
Dados Contábeis						
Ativo	2.822	3.639	4.152	5.057	5.597	7.520
Disponibilidades	400	618	537	353	506	870
Empréstimos	1.878	2.405	2.972	3.374	3.569	4.097
Provisões	(47)	(86)	(124)	(119)	(136)	(140)
Depósitos	1.643	2.040	2.385	2.543	3.007	4.037
Em Pesos	45,8%	43,8%	41,7%	38,8%	38,6%	35,5%
Patrimônio Líquido	495	522	573	631	714	938
Lucro Anualizado	86	152	70	68	142	295
Desempenho						
Rentabilidade Patrimonial	17,4%	29,1%	12,1%	10,8%	19,9%	31,5%
Rentabilidade Sobre Ativos	3,1%	4,2%	1,7%	1,3%	2,5%	3,9%
Grau de Alavancagem	4,70	5,97	6,25	7,01	6,84	7,02
Empréstimos/Depósitos	114,3%	117,9%	124,6%	132,7%	118,7%	101,5%
Empréstimos/Ativos	66,5%	66,1%	71,6%	66,7%	63,8%	54,5%
Rec. de Juros/Ativos	11,9%	11,4%	11,0%	10,2%	10,4%	8,0%
Pat. Líq./Ativos	17,5%	14,3%	13,8%	12,5%	12,8%	12,5%
Cart. Irr. Líq./Créditos	1,4%	1,0%	2,3%	2,3%	2,0%	1,3%

Fonte: BCRA

A luz da nova estratégia do novo controlador cabe dizer que o banco está muito bem posicionado com 167 agências espalhadas pelo país e um nome forte e conhecido.

IV.V. BANCO FRANCÉS DEL RIO DE LA PLATA

O Banco Francés del Rio de la Plata foi o primeiro dos grandes bancos argentinos a ser vendido para controladores estrangeiros na década de noventa. O banco no entanto não é estranho ao controle externo, até 1978, a J.P. Morgan and Co. possuía 50% do banco que na época se concentrava mais em atividades voltadas para grandes clientes.

TABELA IV.V.1: BANCO FRANCÉS DEL RIO DE LA PLATA

Data	Jun/93	Dez/93	Dez/94	Dez/95	Dez/96	Jun/97
Dados Contábeis						
Ativo	1.358	1.887	2.341	2.743	3.440	4.146
Disponibilidades	199	229	313	146	304	362
Empréstimos	808	954	1.550	1.731	2.073	2.237
Provisões	(34)	(34)	(43)	(51)	(75)	(60)
Depósitos	802	973	1.353	1.474	1.913	2.193
Em Pesos	37,9%	41,2%	32,7%	39,5%	43,4%	46,4%
Patrimônio Líquido	209	407	455	522	586	644
Lucro Anualizado	53	86	42	75	108	107
Desempenho						
Rentabilidade Patrimonial	25,3%	21,2%	9,3%	14,3%	18,5%	16,5%
Rentabilidade Sobre Ativos	3,9%	4,6%	1,8%	2,7%	3,1%	2,6%
Grau de Alavancagem	5,48	3,64	4,14	4,25	4,87	5,43
Empréstimos/Depósitos	100,7%	98,1%	114,6%	117,5%	108,4%	102,0%
Empréstimos/Ativos	59,5%	50,6%	66,2%	63,1%	60,3%	54,0%
Rec. de Juros/Ativos	12,0%	10,6%	10,0%	10,4%	8,7%	7,6%
Pat. Líq./Ativos	15,4%	21,6%	19,4%	19,0%	17,0%	15,5%
Cart. Irr. Líq./Créditos	2,9%	2,7%	3,1%	2,7%	2,0%	1,2%

Fonte: BCRA

O banco foi fundado em 1886 por um grupo de residentes franceses e é o mais antigo banco argentino. Desde 1978 quando a participação do J.P. Morgan no banco foi vendida, a instituição vem aumentando sua área de atuação como banco comercial. Ao final de 1996 o controle do banco foi vendido ao banco espanhol Bilbao Vizcaya, que recentemente também adquiriu o Banco de Crédito Argentino e que promoverá em breve a fusão dos dois bancos e a criação do Banco Francés (não mais do Rio de la Plata).

Nos últimos anos a instituição observou um crescimento espetacular que, aliado a um das melhores administrações do país tem lhe garantido tanto uma ótima rentabilidade como uma ótima carteira de crédito.

IV.VI. BANCO DE CRÉDITO ARGENTINO S.A.

O Banco de Crédito Argentino S.A., ainda que sempre presente entre os maiores bancos do país, é uma instituição com uma escala um pouco menor. Figurando como nono maior banco por depósitos do país, o banco já conta com uma forte rede de captações com representantes em todas as províncias argentinas a algum tempo, e, em 1993, tinha na expansão de sua base de clientes e em sua boa preparação tecnológica a esperança de seu crescimento. No entanto sua estratégia não foi tão bem sucedida e o banco observou um crescimento bem menor que o de outras instituições do país no período de 1993 até meados de 1997.

TABELA IV.VI.1: BANCO DE CRÉDITO ARGENTINO S.A.

Data	Jun/93	Dez/93	Dez/94	Dez/95	Dez/96	Jun/97
Dados Contábeis						
Ativo	1.753	2.010	2.015	2.571	3.399	3.727
Disponibilidades	261	257	307	176	256	265
Empréstimos	1.204	1.259	1.378	1.312	1.888	2.360
Provisões	(80)	(111)	(54)	(73)	(79)	(111)
Depósitos	1.087	1.106	1.103	1.277	1.540	1.736
Em Pesos	41,4%	43,9%	43,0%	46,9%	44,3%	49,0%
Patrimônio Líquido	248	271	275	273	296	308
Lucro Anualizado	39	74	(13)	0	30	32
Desempenho						
Rentabilidade Patrimonial	15,8%	27,1%	-4,6%	0,2%	10,2%	10,3%
Rentabilidade Sobre Ativos	2,2%	3,7%	-0,6%	0,0%	0,9%	0,8%
Grau de Alavancagem	6,08	6,42	6,33	8,41	10,50	11,09
Empréstimos/Depósitos	110,8%	113,9%	124,9%	102,7%	122,6%	135,9%
Empréstimos/Ativos	68,7%	62,6%	68,4%	51,0%	55,5%	63,3%
Rec. de Juros/Ativos	13,9%	16,7%	13,1%	9,5%	9,9%	10,2%
Pat. Líq./Ativos	14,1%	13,5%	13,6%	10,6%	8,7%	8,3%
Cart. Irr. Líq./Créditos	3,8%	6,1%	8,9%	10,6%	8,2%	6,7%

Fonte: BCRA

O banco aparentemente sofreu mais que os outros bancos de maior porte os efeitos da crise bancária argentina e seus controladores vinham a algum tempo buscando vendê-lo.

Em Maio deste ano foi anunciada a venda do banco para o BBV da Espanha, mas seu nome provavelmente não mais continuará a existir visto que foi anunciada sua futura fusão com o Banco Francés del Río de la Plata que provavelmente colocará a instituição a frente do Banco Río de la Plata entre as maiores instituições financeiras do país.

IV.VII. BANCO ROBERTS S.A.

TABELA IV.VII.1: BANCO ROBERTS S.A.

Data	Jun/93	Dez/93	Dez/94	Dez/95	Dez/96	Jun/97
Dados Contábeis						
Ativo	1.188	1.300	1.641	2.323	3.078	3.748
Disponibilidades	118	69	154	177	276	189
Empréstimos	903	989	1.218	1.484	1.811	2.046
Provisões	(41)	(47)	(66)	(76)	(115)	(107)
Depósitos	577	694	901	1.142	1.605	1.836
Em Pesos	36,0%	38,7%	29,3%	34,9%	37,7%	41,7%
Patrimônio Líquido	116	155	186	220	267	284
Lucro Anualizado	32	42	35	22	24	28
Desempenho						
Rentabilidade Patrimonial	28,0%	27,3%	18,7%	10,2%	9,0%	9,9%
Rentabilidade Sobre Ativos	2,7%	3,2%	2,1%	1,0%	0,8%	0,7%
Grau de Alavancagem	9,23	7,39	7,83	9,54	10,54	12,21
Empréstimos/Depósitos	156,3%	142,5%	135,2%	130,0%	112,8%	111,4%
Empréstimos/Ativos	76,0%	76,1%	74,2%	63,9%	58,8%	54,6%
Rec. de Juros/Ativos	13,8%	13,2%	13,2%	10,1%	9,1%	7,4%
Pat. Líq./Ativos	9,8%	11,9%	11,3%	9,5%	8,7%	7,6%
Cart. Irr. Líq./Créditos	2,0%	1,5%	2,6%	3,6%	4,8%	4,9%

Fonte: BCRA

Tendo recentemente adquirido 100% do grupo Roberts, o HSBC adquiriu o controle do Banco Roberts S.A. em maio deste ano. Entre os já citados o banco foi o que mais reteve o posicionamento de banco para grandes investidores e corporações ao longo dos últimos 5 anos. Sua pequena participação junto a clientes de menor porte e sua vasta gama de serviços voltados ao exterior garantiram ao banco uma boa situação

mesmo no momento de maior crise do sistema financeiro, conseguindo manter neste período uma rentabilidade considerável, apesar da queda na rentabilidade por ativos.

Sua venda recente para o HSBC que comprou o Grupo Roberts, envolveu o maior volume financeiro das negociações do setor até momento e a boa qualidade de seus ativos o apontam como um bom, pequeno, banco no país.

O banco no entanto é um dos mais alavancados do grupo dos 10 maiores fato que é em parte relacionado às atividades do grupo no mercado de câmbio.

IV.VIII. BANCO QUILMES S.A.

Criado em 1907 na cidade de Quilmes, próxima a Buenos Aires, o Banco Quilmes S.A. concentrava suas operações no varejo, voltado a clientes de classe média e pequenas empresas. Ao longo da década de 90 o Banco foi ampliando sua área de atuação para incluir mais serviços de corporate banking, sem abandonar a base de varejo.

TABELA IV. VIII. 1: BANCO QUILMES S.A.

Data	Jun/93	Dez/93	Dez/94	Dez/95	Dez/96	Jun/97
Dados Contábeis						
Ativo	872	1.221	1.180	1.608	1.659	1.870
Disponibilidades	175	261	244	124	136	193
Empréstimos	538	633	723	826	996	1.040
Provisões	(18)	(27)	(49)	(64)	(68)	(78)
Depósitos	643	809	862	845	1.144	1.217
Em Pesos	50,5%	49,3%	44,0%	45,4%	42,6%	43,1%
Patrimônio Líquido	96	103	105	148	128	120
Lucro Anualizado	18	18	(7)	(9)	5	(5)
Desempenho						
Rentabilidade Patrimonial	19,1%	17,9%	-7,1%	-6,0%	3,7%	-4,2%
Rentabilidade Sobre Ativos	2,1%	1,5%	-0,6%	-0,5%	0,3%	-0,3%
Grau de Alavancagem	8,05	10,84	10,20	9,85	12,01	14,57
Empréstimos/Depósitos	83,6%	78,2%	83,9%	97,8%	87,1%	85,4%
Empréstimos/Ativos	61,7%	51,8%	61,3%	51,4%	60,0%	55,6%
Rec. de Juros/Ativos	13,5%	10,5%	10,9%	9,5%	10,1%	9,3%
Pat. Líq./Ativos	11,1%	8,4%	8,9%	9,2%	7,7%	6,4%
Cart. Irr. Líq./Créditos	4,7%	3,7%	6,7%	5,6%	7,6%	6,9%

Fonte: BCRA

De fato o banco foi um dos primeiros bancos na Argentina a investir no crescimento por aquisições após o Plano Cavallo, tendo adquirido o Nuevo Banco del Santiago de Estero. No entanto, em Janeiro de 1995 (é interessante observar a piora da posição do banco já em dezembro de 1994) parte de seu capital é vendido ao Banco Nova Scotia. Dos bancos de maior porte o Quilmes parece ter sido o que mais sofreu financeiramente em meio à crise, ainda que com um bom grau de provisionamento tenha conseguido manter sua carteira em boas condições. Em 1997, o Nova Scotia adquiriu mais uma parte do capital do banco e consolidou sua posição de controle.

IV.IX. BANCOS ESTRANGEIROS

Dois bancos estrangeiros foram escolhidos para serem apresentados nesta seção por aparentemente terem estratégias de ação aparentemente diferentes, o Deutsche Bank Argentina e o BankBoston. Recentemente o Deutsche Bank A.G. vendeu sua subsidiária argentina ao BankBoston e o contraste de perfis é bastante interessante.

TABELA IV.IX.1: DEUTSCHE BANK ARGENTINA

Data	Jun/93	Dez/93	Dez/94	Dez/95	Dez/96	Jun/97
Dados Contábeis						
Ativo	1.209	1.192	1.250	1.342	1.822	3.178
Disponibilidades	134	232	125	57	153	185
Empréstimos	926	834	963	886	1.099	1.079
Provisões	(17)	(40)	(85)	(80)	(63)	(59)
Depósitos	751	761	821	862	954	1.322
Em Pesos	33,8%	29,5%	25,9%	26,4%	31,7%	32,4%
Patrimônio Líquido	127	134	157	171	184	197
Lucro Anualizado	15	6	8	6	14	22
Desempenho						
Rentabilidade Patrimonial	11,5%	4,8%	5,4%	3,5%	7,4%	11,1%
Rentabilidade Sobre Ativos	1,2%	0,5%	0,7%	0,4%	0,7%	0,7%
Grau de Alavancagem	8,52	7,92	6,98	6,86	8,88	15,17
Empréstimos/Depósitos	123,2%	109,5%	117,3%	102,9%	115,2%	81,6%
Empréstimos/Ativos	76,5%	70,0%	77,0%	66,1%	60,3%	34,0%
Rec. de Juros/Ativos	12,0%	12,2%	9,1%	11,0%	6,7%	4,6%
Pat. Líq./Ativos	10,5%	11,2%	12,5%	12,7%	10,1%	6,2%
Cart. Irr. Líq./Créditos	4,5%	5,4%	6,9%	4,7%	2,5%	1,6%

Fonte: BCRA

O Deutsche Bank Argentina é um dos poucos bancos argentinos que não observou um aumento significativo de depósitos e de empréstimos desde 1993. O elevado grau de cautela do banco, e seu direcionamento ao público de mais alta renda e empresas de maior porte, no entanto, não foram capazes de fazer com que o banco passasse alheio a crise bancária em 1994. Ainda que o motivo da venda não tenha sido anunciado, pode-se imaginar que o foco do banco e sua posição mais conservadora não justificavam o risco de se manter no mercado frente a um bom preço – US\$250 milhões.

Em clara contraposição à estratégia do Deutsche Bank Argentina, o BankBoston tem expandido sua base de depósitos de forma bem mais agressiva, assim como seus empréstimos.

TABELA IV.XI.2: BANKBOSTON (FIRST NATIONAL BANK OF BOSTON)

Data	Jun/93	Dez/93	Dez/94	Dez/95	Dez/96	Jun/97
Dados Contábeis						
Ativo	1.703	2.082	2.608	3.311	4.002	4.648
Disponibilidades	164	282	247	425	222	387
Empréstimos	1.066	1.282	1.863	1.942	2.496	2.802
Provisões	(22)	(28)	(24)	(49)	(60)	(72)
Depósitos	1.072	1.269	1.691	1.727	2.056	2.232
Em Pesos	31,7%	29,2%	28,6%	32,9%	32,2%	37,1%
Patrimônio Líquido	169	186	194	287	308	398
Lucro Anualizado	27	25	(9)	8	34	42
Desempenho						
Rentabilidade Patrimonial	16,0%	13,4%	-4,4%	2,6%	11,1%	10,5%
Rentabilidade Sobre Ativos	1,6%	1,2%	-0,3%	0,2%	0,9%	0,9%
Grau de Alavancagem	9,06	10,20	12,43	10,52	12,00	10,68
Empréstimos/Depósitos	99,5%	101,0%	110,2%	112,5%	121,4%	125,6%
Empréstimos/Ativos	62,6%	61,6%	71,4%	58,7%	62,4%	60,3%
Rec. de Juros/Ativos	11,8%	4,0%	3,4%	3,3%	10,2%	9,1%
Pat. Líq./Ativos	9,9%	8,9%	7,4%	8,7%	7,7%	8,6%
Cart. Irr. Líq./Créditos	0,4%	1,2%	3,8%	4,2%	3,7%	4,3%

Fonte: BCRA

A estratégia do banco parece estar bem mais voltada ao aproveitamento do potencial de crescimento do setor bancário argentino não somente de forma orgânica como também agora por meio de aquisições (Deutsche). Ainda assim a compra do Deutsche poderia indicar um público alvo de maior renda (tanto de clientes físicos como

jurídicos) visto que poderia ter adquirido bancos menores e mais espalhados pelo país para aumentar a sua base de captação.

É interessante notar a concentração dos depósitos destas duas entidades em moedas estrangeira que se mostra bem maior que no restante dos bancos apresentados, bem como sua baixa rentabilidade sobre ativos. Ambos são sinais de conservadorismo por parte dos bancos em questão, ainda assim vale notar que na crise, ambos foram afetados.

IV.X. BANCOS PROVINCIAIS, MUNICIPAIS E COOPERATIVOS

Cabe ainda um comentário sobre os bancos provinciais, municipais e cooperativos. O processo de privatização dos bancos provinciais teve seu início já em 1991, como pode ser observado na Tabela IV.2. A exceção dos bancos das províncias de Buenos Aires e La Pampa e do banco municipal de Buenos Aires, que tem uma qualidade de ativos razoavelmente boa, estes bancos podem ser considerados como instituições frágeis dentro do sistema bancário argentino.

No sistema bancário argentino estes bancos tradicionalmente exerciam dois papéis fundamentais: o financiamento do governo e o financiamento a pequenas e médias empresas que tinham um acesso mais difícil ao crédito nos grandes bancos. Ao fim de 1991 duas destas instituições já haviam passado para as mãos do setor privado, mas é curioso notar que este processo só se recomeça em 1994 com a crise bancária do país. Como a maioria dos bancos, os bancos provinciais prosperaram no período entre 1991 e 1994. Com a crise bancária e a perda de confiança dos depositantes nas instituições com mais risco de crédito, os bancos provinciais viram seus volumes de depósitos minguarem e sua carteira de crédito se deteriorar.

Tidos como elos fracos no sistema financeiro, o FMI que prestou ajuda ao país em 1995 teve como uma de suas condições a privatização dos bancos provinciais na Argentina e o processo se desenrola de forma juridicamente complicada até hoje.

Os bancos cooperativos foram um dos primeiros grupos a buscar espontaneamente uma solução para a crise de liquidez do sistema enfrentada a partir de novembro de 1994. Em dezembro de 1993 o grupo era composto por 39 bancos de pequeno porte e ao final de junho de 1995, 14 destas instituições tinham se fundido em dois bancos cooperativos de maior porte enquanto três outras se fundiram com outras entidades não cooperativas. O Banco Bisel foi criado a a partir da fusão dos bancos cooperativos San José, Núcleo, Coinag, de las Comunidades, Independencia, Meridional, C. Pellegrini e de los Arroyos, enquanto o Argencoop foi criado a partir da fusão dos bancos cooperativos VAF, Aliancoop, Nordecoop, Horizonte, Local e CES. O Banco Cooperativo del Este foi fundido ao Entre Ríos e os de los Tilos e del Fuerte se fundiram ao Comercial de Tandim.

Apesar do esforço que garantiu a sobrevivência dos primeiros bancos com sua maior escala no Bisel, o banco teve parte de seu capital vendido em janeiro de 1996 a Caisse Nationale de Credit Agricole.

V. CONCLUSÕES

Ao começar este trabalho, o objetivo inicial do autor se concentrava em três pontos:

i) um entendimento da evolução do sistema bancário na argentina desde a estabilização da economia, incluído as razões para a troca de controle de tantas instituições de maior porte no país; ii) uma compreensão da aplicabilidade de conhecimentos adquiridos na experiência argentina para o caso do Brasil, que recentemente também passou por um processo de estabilização e agora convive com uma entrada considerável de instituições estrangeiras no seu sistema financeiro; e iii) o aprendizado de técnicas para a análise da situação de instituições bancárias a partir de dados públicos. Infelizmente este último objetivo não foi alcançado de forma que o autor considerasse satisfatória. Ainda assim algumas conclusões derivaram do trabalho.

A primeira e talvez mais importante conclusão do trabalho é a de que apesar do processo de reestruturação do sistema bancário argentino ter se dado após a estabilização da economia, este não parece ter sido fruto da queda nas taxas de inflação ou da diminuição das incertezas econômicas vividas pelo país (que contribuíram no caso brasileiro para diminuir a rentabilidade das instituições). Ao contrário, o processo de estabilização da economia parece ter sido muito bom para a grande maioria das instituições financeiras do país que viu sua base de captação de recursos aumentar brutalmente bem como a demanda por crédito após anos de crise econômica. A mudança

no sistema monetário do país e o aumento de confiança dos agentes econômicos levavam muitos destes a internalizar recursos que estavam marginais ao sistema financeiro argentino.

O processo de reestruturação viria do desencadeamento de uma crise bancária deflagrada pela suspeita de insustentabilidade do sistema financeiro argentino num momento de saques generalizados e temor de quebra de instituições financeiras. Esta se devia à dificuldade de recuperação de créditos por parte das instituições financeiras em tempos de crise, à deflação de créditos levada a cabo pelo aumento das taxas de juros do país e à quase inexistência de um prestador de última instância no país que pudesse auxiliar aos bancos em dificuldades nos tempos mais difíceis.

Enquanto a inexistência de um prestador de última instância estava amplamente ligada às limitações impostas às atividades do BCRA no país, o temor dos saques generalizados, e do colapso do sistema financeiro, era vislumbrado como possibilidade crível, dadas as experiências hiper-inflacionárias já vividas pela população argentina em que o dólar se consagrara como a aplicação mais segura de recursos. O sistema monetário era baseado no câmbio fixo e em momentos de evasão de divisas, e conseqüente enxugamento de liquidez, colocava em situação delicada as instituições com maiores dificuldades de captação de recursos no exterior.

Assim sendo o trabalho atesta para a necessidade do prestador de última instância e para a relação singular entre as experiências da população, e seu comportamento em tempos de crise. Tivesse o Brasil passado por uma hiper-inflação e vivido por muito tempo com sua economia bastante dolarizada, provavelmente teríamos

assistido a um movimento intenso de saques de correntistas de bancos nos últimos dias de crise econômica no país.

Uma segunda conclusão do trabalho é de que boa parte do processo de reestruturação da economia argentina teve por base a concentração dos bancos e os consequentes ganhos de escala e segurança. Neste sentido, bem como sob o ponto de vista descrito acima, o setor bancário brasileiro se encontra em posição mais segura que o argentino, devido ao maior tamanho das instituições e da maior cautela dos bancos brasileiros diante do crédito. Ainda que o sistema financeiro no Brasil possua um problema de qualidade de ativos (ainda oriundos da época de inflação mais alta no país), o processo de compra e venda de instituições por parte de grupos internacionais provavelmente não parece tender a ocorrer com tamanha amplitude no Brasil.

O processo de reestruturação, e transferência de instituições para as mãos de agentes estrangeiros na Argentina, na opinião do autor teve bases que o Brasil ainda não possui.

Em primeiro lugar, se baseia na alta perspectiva de crescimento do mercado bancário argentino (ainda que esta não seja mensurável) que se contrapõe à relativa estagnação dos mercados de onde o capital comprador vinha. Esta perspectiva de crescimento não é tão forte no Brasil que já tem grande parte de sua população ligada de uma forma ou de outra ao sistema financeiro nacional.

Em segundo lugar o processo de reestruturação teve como facilitador um período de grande liquidez dos mercados internacionais (meados de 1996 até meados de 1997) quando instituições maiores se encontravam com recursos disponíveis e com poucas aplicações de longo prazo e alta rentabilidade. No momento seria difícil afirmar que, com

a crise que se originou em Hong Cong e se espalhou pelo mundo, esta liquidez ainda possui o mesmo grau que se observava até junho deste ano e que conseqüentemente se encontrem neste momento investidores ávidos a aplicar grandes volumes de recursos nos sistemas financeiros de países com riscos cambiais e perspectivas de fraco crescimento econômico nos próximos anos.

Em terceiro lugar, seria inocência dizer que a crise bancária argentina não teve seus efeitos sobre os donos de bancos no país, e que isto não contribuiu de alguma forma para auxiliar no processo de reestruturação do setor. No Brasil é possível que fique aparente tal fato após a crise que vem se estendendo nos últimos meses termine.

Em suma, ainda que se acredite que o Brasil ainda possa passar por uma série de mudanças na sua estrutura bancária, com possíveis vendas para grupos estrangeiros de grandes instituições brasileiras, é difícil acreditar que a escala de tal movimento seja tão grande quanto o foi na Argentina, ao menos no curto prazo. Além disso fica claro que as situações vividas pelo Brasil e pela Argentina após suas estabilizações são muito distintas, e mesmo que os dois países tenham vivido crises ao final do terceiro ano do plano de estabilização (Argentina em novembro de 1994 e o Brasil em outubro de 1997) não se pode esperar que o processo de reestruturação que efetivamente venha a ocorrer no Brasil seja muito semelhante àquele que ocorreu na Argentina.

BIBLIOGRAFIA

AmericaEconomia. Vários números.

Asociacion de Bancos Argentinos. ADEBA. Memória Anual. Buenos Aires: ADEBA, 1996.

Banco Central de la República Argentina. Boletín Estadístico. Vários Números.

Castro, Helio Oliveira Portocarrero de. As causas econômicas da concentração bancária. Rio de Janeiro: IBEMEC, 1981.

EFC Consultores. "Análise técnica do setor bancário." Suma Econômica. Rio de Janeiro: Tama: Junho 1995, pp. 19-41.

Fernandez, José. The Argentine Banking Sector - Major Issuers. London: SBC, 1994.

Gazeta Mercantil. Vários números.

Herrick, Tracy G. Bank Analyst's Handbook. New York: John Wiley and Sons, Inc, 1978.

Nações Unidas, Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, CEPAL. El regimen de convertibilidad y el sistema bancario en Argentina. 1996.

Rozenwurcel, Guillermo & Fernández, Raúl. "El fortalecimiento del sector financiero en el proceso de ajuste: el caso argentino." El fortalecimiento del sector financiero en el proceso de ajuste: Liberalización y Regulación. Compilado por Roberto Frenkel. Buenos Aires: La Ley S.A., 1994, pp. 41 - 85.